

Universidade de Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



## **Do Institucional ao Local: fazer um Território Intercultural**

**Hedleine Almeida**

**Relatório de Estágio orientado pelo Doutor António Eduardo Ascensão e pelo Professor Doutor Jorge Silva Macaísta Malheiros**

**Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, especialidade em Desenvolvimento Regional e Local**

**2018**

Universidade de Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



## **Do Institucional ao Local: fazer um Território Intercultural**

**Hedleine Tusell Silva de Almeida**

**Relatório de Estágio orientado pelo Doutor António Eduardo Ascensão e pelo Professor Doutor Jorge Silva Macaísta Malheiros**

Júri:

Presidente: Jennifer Leigh McGarrigle Montezuma de Carvalho, Professora Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Vogais:

Ana Isabel Ricardo Pato Stevens, Bolseira Pós-doutoramento do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

António Eduardo Alves Martins Ascensão, Bolseiro Pós-doutoramento do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

**2018**



“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar” – Nelson Mandela

## **Agradecimentos**

À minha família e amigos, não citarei nomes para não me alongar nem me esquecer de nenhum, mas sabem que agradeço e suplico a vossa presença na minha vida.

Ao meu orientador, Doutor António Eduardo Ascensão, agradeço a sua disponibilidade, sabedoria, paciência e entrega neste trabalho, nem sei como agradecer!

À minha orientadora na Câmara Municipal de Lisboa, Dra. Ana Paula Gomes, um grande obrigado pela recepção, ensinamentos e acima de tudo pela amizade que abrilhantou esta minha experiência como estagiário.

Ao Núcleo da Interculturalidade, Gabinete da Vereação dos Direitos Sociais, Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo – NPISA, fico igualmente agradecido pela recepção e aprendizagem.

Aos professores do IGOT-UL, pelos 5 anos de exigência, aprendizagem e partilha de conhecimento.

O meu muito obrigado a todos vós.

## **Resumo**

O seguinte trabalho, intitulado “Do Institucional ao Local: fazer um Território Intercultural”, é uma investigação no âmbito do mestrado de Gestão do Território e Urbanismo. Procura responder à sua questão central “Como é operacionalizada a interculturalidade a nível institucional e em iniciativas concretas no território?”, tendo como referência o município de Lisboa. Procura perceber o processo de materialização da interculturalidade e as complexidades ou facilidades de se fazer uma Lisboa intercultural. Tem como objetivo identificar virtudes ou falhas da operacionalização da interculturalidade em Lisboa, dentro dum enquadramento em que a realidade das cidades interculturais se constitui como um dos maiores desafios da política da União Europeia.

A base empírica deste trabalho foi obtida por intermédio de um estágio curricular no Núcleo da Interculturalidade do Departamento dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, que se realizou entre 31/10/2016 a 31/03/2017 e possibilitou ao investigador obter uma visão pormenorizada e holística do processamento da interculturalidade em Lisboa, e assim expor neste trabalho de que forma e que passos percorre a interculturalidade até chegar a iniciativas concretas no território municipal.

Este relatório baseia-se na observação do diálogo intercultural tal como oficialmente defendido e trabalhado na autarquia municipal. Foi redigido com a intenção de contribuir para uma Lisboa melhor no que concerne a sua coesão social e territorial, bem como a integração social independentemente da etnia, cultura ou religião.

Palavras-Chave: Interculturalidade; Dialogo Intercultural e Inter-religioso; Diversidade Cultural; Modelos de Integração; Processos de Implementação.

## **Abstract**

This dissertation is based on research undertaken as part of the Masters in Territorial Management and Urbanism. The research question it aims to answer is "How is interculturality operationalized at an institutional level and towards concrete initiatives in the Lisbon territory?" It seeks to understand the process of materialization of interculturality and the complexities of making an intercultural Lisbon. One of its objectives is to identify the merits or failures in the operationalization of interculturality within the municipality of Lisbon, which is an important diagnosis at a time when intercultural cities are among the main challenges of EU policy.

A curricular internship was held at the Centre for Interculturality in Lisbon City Council's Department of Social Rights between 10/31/2016 and 03/31/2017, enabling the researcher to obtain a detailed view of interculturality in action. This dissertation presents and explains the way the concept of interculturality is worked, and what steps does such work entail, until it arrives at concrete initiatives in the municipal territory.

The dissertation is based on the observation of intercultural dialogue as officially supported by the municipal authority, and it was written with the intention to contribute to a just and intercultural Lisbon, where social and territorial cohesion as well as social integration are pursued regardless of ethnicity, culture or religion.

**Keywords:** Interculturality; Intercultural and Inter-religious Dialogue; Cultural Diversity; Socio-territorial Cohesion; Integration Models; Implementation Processes.

## Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	5
<b>Resumo</b> .....	6
<b>Abstract</b> .....	7
<b>Índice Geral</b> .....	8
<b>Índice de Figuras</b> .....	9
<b>Lista de Siglas e Acrónimos</b> .....	10
<b>Nota prévia</b> .....	11
<b>Capítulo I - Introdução</b>	
Introdução .....	12
<b>Capítulo II – A Interculturalidade: enquadramento teórico</b>	
2.1 – Como apareceu a Interculturalidade? .....	15
2.2 – O que é a Interculturalidade? .....	17
2.3 – A interculturalidade e os outros modelos de integração.....	21
<b>Capítulo III – Metodologia</b> .....	24
<b>Capítulo IV - A Interculturalidade na CML</b>	
4.1 – Interculturalidade na CML .....	27
4.2 – O funcionamento orgânico do DDS/DCJ.....	30
4.3. Operacionalização da Interculturalidade na Autarquia .....	32
<b>Capítulo V - Discussão e Análise Swot</b> .....	45
<b>Capítulo VI – Conclusão</b> .....	49
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	53
<b>Anexos</b>	
Anexo I – Notas Diárias do Shadowing .....	56
Anexo II – Processo do Shadowing .....	69
Anexo III – Entrevista 1 .....	76
Anexo IV – Entrevista 2 .....	78
Anexo V – Entrevista 3 .....	81
Anexo VI – Entrevista 4 .....	84
Anexo VII – Síntese do estágio .....	88

## Índice de Figuras

Figura 1: Fotografia do dia do protocolo entre a CML e a Prio Energy .....	25
Figura 2: Organograma do Departamento para os Direitos Sociais da CML .....	32
Figura 3: Plano Estratégico das Migrações da CML .....	35
Figura 4: Fotografia do Mercado de Culturas .....	38
Figura 5: Fotografia da Vigília pela Paz .....	40
Figura 6: Fotografias da Festa da Diversidade e Fórum Municipal para a Interculturalidade.....	42
Figura 7: Análise SWOT da Interculturalidade na CML .....	48
Figura 8: Eixos e áreas do Plano de Ação dos Direitos Sociais 2014-2017.....	58

## **Lista de Siglas e Acrónimos**

AMI – Assistência Médica Internacional  
ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural  
ACM – Alto Comissariado para as Migrações  
APEDV – Associação Promotora De Emprego P/ Deficientes Visuais  
CLAII – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes  
CML – Câmara Municipal de Lisboa  
CRM – Centro de Recursos Multicultural  
CMCIME – Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas  
CMIC – Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania  
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens  
DDS – Departamento para os Direitos Sociais  
DPC – Divisão para a Participação e Cidadania  
DIS – Divisão para a Intervenção Social  
DCJ – Divisão para a Coesão e Juventude  
FMINT – Fórum Municipal da Interculturalidade  
GTU – Gestão do Território e Urbanismo  
IGOT-UL – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa  
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social  
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgéneros  
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
PMIIL – Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa  
RAAML – Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa  
SEF – Serviço de Emigração e Fronteiras  
SWOT – Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)  
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação  
UE – União Europeia

## **Nota Prévia**

No âmbito da conclusão do curso de mestrado de Gestão do Território e Urbanismo pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), desenvolveu-se um estágio curricular no Departamento para os Direitos Sociais na Câmara Municipal de Lisboa no período de 5 meses, com início a 31 de Outubro de 2016 e fim a 31 de Março de 2017, feito presencialmente todos os dias úteis ao longo destes 5 meses (ver Anexo VII, p. 89).

A instituição de acolhimento foi a autarquia municipal de Lisboa, a CML, tendo o estágio sido realizado no Núcleo da Interculturalidade pertencente à Divisão para a Coesão e Juventude do Departamento para os Direitos Sociais. O estágio teve como objetivos genéricos a inserção na equipa técnica e objetivos concretos que têm por base a resolução da questão de partida “Como é operacionalizada a interculturalidade a nível institucional à iniciativas concretas no território, na Câmara Municipal de Lisboa?”

Entre os objetivos genéricos contaram-se: a capacidade de inserção no grupo de trabalho; a capacidade de iniciativa; e a assunção de responsabilidades. Entre os objetivos concretos contaram-se: a capacidade de perceber se o interculturalismo defendido pela C.M.L se enquadra realmente no conceito de interculturalismo; perceber a governança multinível da interculturalidade até esta ser materializada no território; e entender o trabalho/função dos vários componentes (gabinetes/núcleos) ligados à interculturalidade na CML.

## Capítulo 1 – Introdução

O tema “Do Institucional ao Local: fazer um Território Intercultural” prende-se com a temática de coesão social e territorial e com o termo que tem sido defendido recentemente de “coesão socioterritorial”. Este conceito faz parte da área de Gestão do Território e Urbanismo, área que tem como objetivo central fazer um território cada vez melhor para uma sociedade, mitigando as suas falhas na estrutura social, territorial ou urbana. Sendo de consciência comum que quem gere um território, seja na vertente paisagística, física ou urbana, tem em vista ter um impacto nas pessoas, então a gestão social está indubitavelmente presente nesta área de formação, pois faz-se a gestão do território a nível local, municipal, regional ou nacional para um desenvolvimento territorial com vista a ter impacto no desenvolvimento social. Em suma, não há gestão territorial sem haver uma sociedade no território.

O processo de maior preponderância para alcançar a coesão social é a integração social, defende Madeira (1996):

*“A Coesão Social é comumente aceite, em termos de dinâmica da vida social, designando a harmonia, a união das forças sociais e das instituições que as sustentam e que concorrem para um fim harmonioso e coerente de vida em comum. A Coesão Social implica, por isso, e necessariamente, um certo grau de solidariedade para a concretização da qual a integração social é o processo mais indicado” (idem: 5).*

É nesta ótica de integração e coesão social que se procura fazer um território intercultural, integrando as minorias de modo a fazer de Lisboa uma cidade para todos. Este tema é hoje em dia um desafio à escala mundial, sendo necessário investigá-lo de forma multidisciplinar e abrangente. É necessário sublinhar que não há desenvolvimento territorial ou social se houver uma significativa exclusão social num território, sendo que a inclusão de todos é o caminho certo a seguir. O que motivou primordialmente esta investigação foi o gosto pessoal pelas temáticas da inclusão e integração social, em particular na sociedade portuguesa. A importância de trabalhar este tema provem também dos acontecimentos que têm marcado o mundo, por exemplo os recentes atentados terroristas motivados por convicções religiosas, conflitos armados

muitas vezes por razões etnoculturais, o surto de refugiados na Europa e outros acontecimentos, que revelaram ser indispensável adotar e promover tanto nos cidadãos como nas instituições um verdadeiro “Diálogo Intercultural e Inter-religioso”, de modo a evitar cada vez mais conflitos, situações de xenofobia, racismo e formas de separatismo, que são antagónicas ao defendido termo de coesão social.

Atualmente é de preponderância os Estados/Governos apostarem, trabalharem e inculquem fortemente a questão do Diálogo Intercultural nos cidadãos, mais do que evitar choques e conflitos pelas diversas etnias, culturas, religiões num território é um princípio dos Direitos humanos o respeito e a liberdade de cada indivíduo representar a sua cultura ou religião, inculcar isto aos cidadãos deve estar explicitamente nos programas ou na agenda das instituições locais. Este estudo “Do Institucional ao Local: fazer um Território Intercultural” onde o território é o município de Lisboa, tentará analisar como é feita a interculturalidade no município de Lisboa, desde a autarquia municipal até ao território (não restringindo a lógica que também faz-se a interculturalidade a partir de agentes do território). Contudo, é feita uma análise mais a nível institucional porque a CML é o órgão que em Lisboa tem a responsabilidade de trabalhar por uma Lisboa intercultural. A investigação pretende assim demonstrar o que a CML faz e como faz para Lisboa ser um município intercultural. Pretende-se igualmente levantar anomalias que possam vir a ser melhoradas e contribuir para uma melhor promoção e fomento da Interculturalidade da instituição CML para o município.

#### *Pergunta de Investigação e estrutura do relatório*

O trabalho teve como questão de partida a pergunta “Como é operacionalizada a interculturalidade a nível institucional a iniciativas concretas no território na Câmara Municipal de Lisboa?” e os seus objetivos passavam por estudar: se o interculturalismo defendido pela C.M.L se enquadra realmente no conceito de interculturalismo; a capacidade de entendimento da governança multinível da interculturalidade até ser materializada no território; e a capacidade de entendimento do trabalho/função dos vários componentes (gabinetes/núcleos) ligados à interculturalidade na CML.

O presente relatório está dividido em 5 capítulos, sendo o primeiro de carácter introdutório, o segundo de enquadramento conceptual sobre a Interculturalidade, o terceiro um roteiro metodológico, o quarto contendo a parte empírica da

Interculturalidade na CML e o quinto sendo a Conclusão. No primeiro capítulo introduz-se a pertinência e validade do estudo e a que se deve o desenvolvimento desta investigação. No segundo capítulo faz-se o enquadramento teórico referente ao conceito central da investigação: o que é o Interculturalismo? Quando apareceu o Interculturalismo? E como se define? Ainda neste capítulo compara-se a interculturalidade com os outros modelos de integração (como o assimilacionismo ou o multiculturalismo). No terceiro capítulo apresentam-se os métodos utilizados para esta investigação e as razões para o emprego dos mesmos. O quarto capítulo é a parte empírica do trabalho e contém um esboço dos primórdios da Interculturalidade na CML, bem como a descrição da estrutura orgânica que trabalha a interculturalidade. Este capítulo responde às questões que se preendem como o funcionamento do Departamento dos Direitos Sociais e Divisão da Coesão e Juventude (DDS/DCJ) da CML; com a operacionalização da interculturalidade a nível institucional e a nível de iniciativas concretas, este último ilustrado com três iniciativas. Por fim, na conclusão reflete-se sobre os objetivos propostos e faz-se um levantamento das falhas diagnosticadas no processo da interculturalidade. Por outro lado, reflete-se igualmente sobre as dificuldades encontradas no desenvolver deste relatório, as orientações suscitadas e as ideias que se foram adquirindo com esta investigação.

## Capítulo 2 – A Interculturalidade

### 2.1. Como apareceu o conceito de interculturalidade?

A Interculturalidade, Interculturalismo, ou também denominado Diálogo Intercultural, perfila-se como uma política de educação ou modelo de integração em inúmeras sociedades atuais. Para falar do aparecimento do interculturalismo é de relevância tocar nas noções de aldeia-global (McLuhan, 1964) e pós-modernismo (Lyotard, 1979), ambas da segunda metade do século XX, que derivam da facilidade de trocas de bens e informação a escala mundial, do progresso no setor dos transportes, do avanço em geral das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em suma do acréscimo da mobilidade (Salgueiro, 1998). As cidades da Europa, Estados Unidos de América e Canadá, com um notável avanço tecnológico e estabilidade socioeconómica tornam-se aglutinadoras de outros povos. Estes países mais desenvolvidos são exemplos concretos, contudo “ (...) não quer isto dizer que as situações de diversidade étnica e cultural estejam ausentes (bem pelo contrário) nas outras partes do mundo.” (Rocha-Trindade, 1993: 870).

A diversidade cultural diagnosticada nas paisagens citadinas destas áreas mais desenvolvidas, surtiu a preocupação destes países, conscientes da pautável diversidade sociocultural, com a omnipresença de línguas e hábitos distintos, com as divergências de valores que culminam na maior parte das vezes em tensões e choques entre culturas. Desta heterogeneidade linguística, cultural e comportamental afloram certos movimentos nacionalistas, xenófobos e racistas assim como uma visível falta de oportunidades na sociedade ou oportunidades desiguais para certos grupos étnicos devido a precariedade dos processos de integração, que levam muitas vezes ao fenómeno de «exclusão social» (Rocha-Trindade, 1993: Ramos, 2013).

Estes territórios, confrontados com estes choques culturais, agem de forma idiossincrática perspetivando um espaço sem tensões e conflitos socioculturais, redigindo os seus métodos de abordagem etnocultural ou modelos de integração, distintos mas com o mesmo propósito. Por um lado os Estados Unidos de América com o dito “Melting Pot”, que consiste na assimilação dos imigrantes e fusão das diferentes culturas expostas no território americano transformando-as com o passar do tempo em uma só, isto é a junção das diversas culturas de modo a perderem a identidade e

produzirem um produto interno (Seyferth, 2000 ; Gloor, 2006). Ou seja como explicita Giralda Seyferth “ (...) todas as culturas são transformadas em uma cultura, no entanto esta é geralmente a cultura do grupo dominante” (Seyferth, 2000). No caso canadiano a denominada abordagem multiculturalista que desencadeou no “Mosaico cultural”, onde os habitantes do Canadá expressam e representam a sua identidade etnocultural, os diversos idiomas e culturas são representados no espaço, devendo ser aceites e acomodados pelos serviços públicos como escolas, polícias, meios de comunicação, etc. (Kymlicka, 2003). Alicerçado ao mesmo intuito de lidar com o expectável acréscimo da diversidade cultural no território, a Europa Ocidental idealiza a abordagem intercultural. Focando-nos pormenorizadamente nesta abordagem, é relevante compreender que a Europa, tradicionalmente vista como o epicentro de partida para os outros continentes, após os anos 60 ganha outro papel, sofrendo uma alteração social com a entrada de habitantes das antigas colónias europeias ou repatriados provenientes das mesmas. De destacar também os fluxos internos europeus com a população dos países do sul para países do centro mais desenvolvidos, despertando a noção da pluriculturalidade e a consciência da existência do “outro” nas sociedades recetoras (Rocha-Trindade, 1993).

O termo interculturalidade é defendido primeiramente em França. A nível institucional o seu surgimento data dos anos 70, na dimensão de política de educação no mundo francófono, que se expande rapidamente em torno da Europa Ocidental (Rafoni, 2003; Oliveira e Costa & Lacerda, 2007). Citando Jorge Malheiros

*“a noção de interculturalidade, cujo desenvolvimento se situa, de algum modo, no quadro de promoção da comunicação entre culturas diferentes, acabou por ficar muito associada às questões da comunicação e, sobretudo, da educação, dando origem a toda uma linha de pensamento na área da pedagogia intercultural” (Malheiros, 2011: 24).*

No entanto, a discussão sobre a gestão da diversidade cultural começou a surtir preocupação na ordem política internacional. Segundo Clanet (1990), durante a Conferência Geral da Unesco em 1976 é afirmado que “ (...) é importante abrir as culturas para todas pessoas em uma perspetiva largamente internacional.” (Clanet, 1990: 24 apud Rafoni, 2003). Espelhando a amplitude internacional sobre a temática da diversidade cultural, a mesma Unesco faz uma Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural em 2001, em que a diversidade cultural ganha ênfase e surge inerente a temáticas como os direitos humanos. De assinalar no artigo 7 da Declaração

Universal sobre a Diversidade Cultural a inclinação para a interação, explanando o artigo que é benéfico “inspirar um diálogo genuíno entre as culturas” (Unesco, 2001).

Em 2003 na Europa, em consonância com o Relatório Eurydice (2004) é decretada oficialmente uma lei da igualdade cultural, defendendo que todas as crianças imigrantes devem ter acesso e equidade na educação, sem discriminação nem restrições étnicas, culturais ou religiosas. Antes de estipulada esta lei, os órgãos soberanos europeus sempre demonstraram uma faceta a favor da equidade entre as distintas raças e culturas, por exemplo o Conselho da Europa e a Comissão Europeia proclamaram 1997 como o Ano Europeu contra o Racismo e a Xenofobia, ou em 2008 a União Europeia o estipula como o Ano Europeu do Diálogo Intercultural e do Projeto Europeu Cidades Interculturais, explicitando a faceta que pretende nos territórios europeus (Ramos, 2013). O intercultural transpõe então da dimensão do ensino e educação, e alcança uma temática de toda a esfera da sociedade:

*“o intercultural, tendo já produzido o fruto de vários anos de experiência no terreno e tendo durante algum tempo concentrado sobretudo a sua ação ao nível da política de ensino, conduz hoje, cada vez mais, a que a mudança de valores vise não só alunos como pais de alunos, a escola como a comunidade, e o êxito da filosofia intercultural passará, em grande medida, pelo tipo de sinergias que forem estabelecidas entre os vários atores sociais intervenientes. O intercultural almeja, pois, concitar a intervenção conjugada das famílias, das autarquias, dos agentes locais, dos agentes sociais, das escolas, dos professores, numa ação concertada e global que extravase os espaços institucionais e atinja todos os segmentos da sociedade” (Rocha-Trindade, 1993: 877)*

## **2.2. O que é a interculturalidade?**

Atualmente utilizado como modelo de integração ou de gestão da diversidade sociocultural em diversos países, a interculturalidade como política, modelo, conceito ou termo tem inerente o reconhecimento à diferença e o repúdio de qualquer forma de discriminação e desigualdade social. Visando o fomento da igualdade e o diálogo entre pessoas e distintos grupos, esforçando mecanismos para estabelecer o respeito e um território cordial para todas etnias e raças. Onde se reconhece e assume-se os conflitos, procurando estratégias para os enfrentar e mitigar (Candau, 2005 apud Damázio, 2008). No modelo intercultural é fundamental uma partilha e interação dos diferentes grupos

etnoculturais, sendo de consciência universal que incompreensões recíprocas dos variados grupos podem originar conflitos sociais, e neste prisma o diálogo intercultural aparece como mecanismo de promoção da comunicação e da interação positiva entre os vários grupos culturalmente distintos – não apenas étnicos, mas também geracionais ou linguísticos – que compõem a sociedade (Malheiros, 2011). Não se preocupando apenas com a promoção do contacto mas consequentemente com a redução dos estereótipos e preconceito contra os "outros", através de um processo contínuo destinado a desenvolver e manter competências interculturais, tentando garantir que as zonas de contacto entre as pessoas sejam áreas de interação e não áreas de conflito (Zapata-Barrero, 2015).

O interculturalismo é um termo multidimensional e interdisciplinar. É defendido que a abordagem intercultural opera em dois níveis, no “macrossocial” e no “microsocial”. Para Bouchard (2011) o nível macrossocial é o principal foco, onde surgem os desafios, os esboços, os princípios, os horizontes das ações interculturais ou seja os planos de ação e as diretrizes que se pretende adotar num determinado território. Sucintamente, o nível macrossocial é o planeamento estratégico que um determinado território aborda na questão da interculturalidade. O microsocial, apesar de Bouchard definir o macrossocial como o principal foco, é de igual preponderância, sendo que a dimensão microsocial é a escala local, onde se inserem as relações com a comunidade, as escolas, os bairros, hospitais e todas as entidades públicas e privadas que estão presentes no quotidiano de uma sociedade. Esta dimensão não é menos importante do que a outra mas sim completiva da primeira, visto que no nível micro será executada a teoria redigida no nível macro, e como é dito não há boa teoria sem boa prática nem boa prática sem boa teoria.

A interculturalidade é uma abordagem de considerável complexidade, por ser uma problemática transversal (nas relações no território) e horizontal (nas diretrizes governamentais). O assunto da interculturalidade é de abrangência a todos indivíduos sem exceção dos países que defendem o interculturalismo como modelo. A interculturalidade deve envolver certas peculiaridades, centrando-se nos vários aspetos dimensionais e disciplinares para ser relevante para todos e sensibilizar a sociedade ao carácter intercultural. Ramos (2007) afirma que a interculturalidade deve incidir sobre várias perspetivas e contestações, sendo elas:

*“- Uma constatação de ordem sociológica, tendo em conta que a maioria das nossas sociedades é e serão cada vez mais multiculturais;*

*- Uma opção de ordem ideológica, já que a multi/interculturalidade é, potencialmente, uma riqueza para o conjunto da sociedade;*

*- Uma visão estratégica, pois para passar do multiculturalismo ao interculturalismo, torna-se necessário promover a relação entre as culturas, no entanto, sem anular a identidade de cada uma delas;*

*- Uma perspectiva interdisciplinar, na medida em que os objetos do domínio intercultural são objetos complexos, plurais, heterogêneos e pluridimensionais, que não podem ser reduzidos a uma única abordagem disciplinar;*

*- Uma perspectiva sistémica e multidimensional, necessária a uma visão global e interaccionista das diferentes problemáticas, à construção de um pluralismo comum, implicando o reconhecimento ao mesmo tempo, dos indivíduos e das culturas e a integração das representações e das práticas educacionais nos contextos ecológicos, familiares, socioeconómicos, culturais em que estão inseridas e no projeto político vigente na sociedade;*

*- Um processo dinâmico e dialético, onde o intercultural implica a tomada de consciência da alteridade e da diversidade, das identidades individuais e coletivas, das interações entre os indivíduos e os grupos e ainda das relações entre o eu e o outro;*

*- Uma perspectiva psicossocial e pedagógica, visto que as problemáticas interculturais implicam o desenvolvimento de competências culturais, sociais, pedagógicas, comunicacionais, de competências individuais e de cidadania, que permitam interações sociais harmoniosas entre os indivíduos e as culturas e que promovam a consciencialização cultural, a comunicação e o diálogo intercultural e o funcionamento democrático das sociedades;*

*- Uma perspectiva sociopolítica, dado que o interculturalismo não é somente um objetivo em si, mas é também um instrumento para promover a coesão social, o exercício da cidadania, a igualdade de oportunidades e uma integração adequada dos migrantes e minorias etnoculturais” (Ramos, 2007: 226;227).*

De assinalar, à semelhança do que é afirmado na ótica de (Ramos, 2007) e validado por muitos autores, que o interculturalismo é um processo supletivo do

multiculturalismo (que será detalhado no próximo subcapítulo), sendo plausivelmente defendido que os dois modelos diferem nas duas especialidades que distinguem o interculturalismo dos outros modelos de integração, a “ interação” e o “diálogo”, sendo as duas características imprescindíveis para a compreensão do que é o conceito de interculturalidade. Além do respeito pela diversidade cultural, a interação está calcada no conceito. Como relata Bourchard

*“o modelo favorece interações, intercâmbios, conexões, e iniciativas intercomunitárias. Privilegiando um caminho de negociações e ajustes mútuos, com respeito aos valores da sociedade civil, escritos na lei ou nos textos constitucionais (...)” (Bouchard, 2011: 444. tradução própria).*

A enaltecida interação surge do diálogo também destacado no modelo, o denominado diálogo intercultural, que o Conselho da Europa no Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural “Viver Juntos em Igual Dignidade” define como:

*“um processo de troca de ideias aberto e respeitador entre indivíduos e grupos com origens e tradições étnicas, culturais, religiosas e linguísticas diferentes, num espírito de compreensão e de respeito mútuos. A liberdade e a capacidade de expressão, assim como a vontade e a capacidade de ouvir o que os outros têm a dizer, são elementos indispensáveis do diálogo intercultural. O diálogo intercultural contribui para a integração política, social, cultural e económica, assim como para a coesão de sociedades culturalmente diversas; favorece a igualdade, a dignidade humana e o sentimento de objetivos comuns; visa promover uma melhor compreensão das diversas práticas e visões do mundo, reforçar a cooperação e a participação (ou a liberdade de escolha), permitir o desenvolvimento e a adaptação dos indivíduos e, por último, promover a tolerância e o respeito pelo outro” (Conselho da Europa, 2008: 21).*

Compactuando com a interação, o respeito pela diversidade cultural, surge inerente ao interculturalismo as vantagens da diversidade cultural no território, e a sua presença nas políticas e planeamento estratégico urbano (Oliveira e Padilla, 2017). Sendo defendido que:

*“a diversidade humana é reconhecida como significativa na promoção da qualidade de vida urbana necessária para atrair e reter trabalhadores e firmas na economia do conhecimento, a criação da experiência do visitante que promove a*

*economia turística, e impulsiona o empreendedorismo e criatividade” (Dublin City Council, 2008, p. 8 apud Oliveira, 2017).*

Contudo, o interculturalismo, apesar das diversas abordagens e definições por inúmeros autores e órgãos, não se altera em nenhuma abordagem, sendo que em qualquer ótica a sua essência nos remete para a uma sociedade em que as culturas vivam juntas, representadas, interagindo, respeitando-se reciprocamente num espaço onde é apelado o conhecimento um do outro, não infringindo com isto as leis decretadas pelo Estado numa sociedade civil. A política intercultural incide assim em três ângulos, num prisma de estabilidade referente a manutenção das tradições e normas da sociedade acolhedora, num prisma de coesão referente aos conflitos sociais e num prisma de desenvolvimento referente a inovação e criatividade (Zapata-Barrero, 2015). Para finalizar, em consonância com as palavras de Phil Wood e Charles Landry :  
*“o interculturalismo na nossa vida pública não é apenas uma alternativa melhor, mas algo que é desejável, atingível, sustentável , e de fato, acrescentará valor às nossas comunidades e economias urbanas”*(Wood e Landry, 2008 : 216. tradução própria).

### **2.3. A interculturalidade e os outros modelos de integração: semelhanças e diferenças.**

Os modelos de integração ou a integração são um leque de processos de uma sociedade, incidindo em todas as suas componentes, pessoas, instituições ou organizações. A integração social, que é um conceito central nesta investigação, assenta no panorama de igualdade de oportunidades para todos tanto a nível socioeconómico como cívico, pretendendo que imigrantes ou grupos mais propensos a estarem à margem da sociedade, tenham oportunidades idênticas às do resto da população para desenvolverem vidas dignas, independentes e ativas. De um modo geral o modelo de integração perspetiva a dita coesão social num determinado território (Nissen et al. , 2007; Pires, 2012). O modelo intercultural, a par do multiculturalismo e do assimilacionismo, são os mais notórios na gestão da diversidade cultural, estando cada um destes principais modelos de integração (ou um modelo aproximado).

Estes três modelos ou políticas de integração não são antagónicos e divergentes entre si no seu teor de abordagem, tendo todos similarmente o objetivo da coesão social. A interculturalidade e o assimilacionismo, embora sejam dois termos que diferem nas

suas abordagens, têm convergências no que toca a adquirir elementos da cultura maioritária de uma sociedade, pois querendo ou não o interculturalismo tem a sua dualidade. Apesar de procurar a representação das diversas minorias étnicas, o intercultural não pretende com isso que os valores de base das culturas da sociedade local sejam transpostos, e sim um diálogo entre todas, mas os valores que guiam a cultura da maioria prevalecem invioláveis e intransponíveis e são a base de integração para as minorias étnicas, pois o modelo intercultural consiste nas políticas darem continuidade à cultura original da sociedade mas articular com a diversidade trazida pelos outros grupos (Bourchard, 2011).

Embora de forma mais branda, o intercultural não exclui a assimilação. Pelo contrário, as minorias étnicas devem aderir aos valores da sociedade civil em que se inserem, mas dar-lhes liberdade e mecanismos para a sua representação. Já o assimilacionismo defende esta adesão de uma maneira claramente mais brusca e ao contrário do interculturalismo não é em prol da manutenção da cultura de origem. O assimilacionismo é um conceito que defende que o cessar das desigualdades sociais e o caminho para a coesão social é a uniformização a uma só cultura universal na sociedade, favorecendo assim a igualdade entre todos (Barbosa, 1996 apud Oliveira e Costa et al, 2007). A abordagem assimilacionista consiste num

*“processo que concebe as relações entre os migrantes e as sociedades de acolhimento na base de uma passagem unilateral (conformização) ao modelo de comportamento da sociedade de acolhimento, modelos esses que se impõem à personalidade do migrante e o obrigam a despojar-se de todo e qualquer elemento cultural próprio “ (Perotti, 1997: 47 apud Oliveira e Costa et al, 2007).*

Alguns autores defendem que o interculturalismo é um complemento ao multiculturalismo, devido à abordagem multiculturalista ter como princípio à aceitação da representação da cultura de origem na sociedade acolhedora (Meer e Mood, 2012) . O modelo multiculturalista tem como características o direito à cultura e o direito ao reconhecimento cultural, estipulando o reconhecimento cultural como uma questão dos direitos humanos universais, mecanizando esforços para as culturas alcançarem uma representação igualitária (Neumannova, 2007). É também conotado com o multiculturalismo o ser uma abordagem que contraria a hegemonia de uma certa cultura, dando igualmente a oportunidade e reconhecimento a todas as culturas numa área. Sousa Santos (1997) explana a multiculturalidade como:

*“ (...) uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local, que constituem os dois atributos de uma política contra-hegemónica de direitos humanos no nosso tempo.” (Sousa Santos, 1997:19).*

Apesar do cariz de representação cultural e respeito por todas as culturas, a razão da interculturalidade ser defendida por autores como o complemento da multiculturalidade é que o termo multicultural não implica a ideia de interação entre as culturas, mas simplesmente a constatação da sua justaposição numa mesma sociedade, e é neste aspeto que se diferencia: uma sendo visivelmente potenciadora da interação e diálogo e outra primando apenas para a representação, não havendo abertura para o conhecimento, convívio entre as culturas no território (Carreira, 2008). Certos autores apontam a falta de apoio a políticas de abordagem multiculturalista por exemplo em território europeu, devido ao facto dos beneficiários destas políticas de reconhecimento cultural igualitário poderem ser grupos culturais praticantes de tradições que vão contra os direitos humanos, ou normas das sociedades acolhedoras (Meer e Modood, 2012).

A interculturalidade face aos outros modelos (assimilacionismo e multiculturalismo), embora não seja a mistura dos dois, surge numa posição central face a eles e como visto não restringe os aspetos fulcrais dos outros modelos, tendo aspetos semelhantes com o assimilacionismo no contexto da adoção de valores da cultura maioritária e com o multiculturalismo na manutenção da cultura originária, diferindo explicitamente dos dois modelos pela sua característica da interação, convívio e diálogo entre as culturas.

### Capítulo 3 – Metodologia

No que concerne à metodologia, na recolha de informação para esta investigação foi indispensável uma abordagem empírica que se conciliasse com o conteúdo teórico, sendo nesta investigação maioritariamente necessária uma análise qualitativa. Numa primeira fase, para a obtenção da estrutura e o conteúdo do trabalho, utilizou-se o brainstorming entre o investigador e o orientador académico de modo a estruturar as parcelas componentes do relatório, bem como para gerar ideias e métodos de pesquisa de informação e a sua análise. Após estabelecida a estrutura do relatório, que tem como finalidade explicar como é processada a interculturalidade na autarquia municipal de Lisboa, procedeu-se a pesquisa dos factos que enquadram este processo da interculturalidade na CML.

Por intermédio do estágio realizado no Núcleo da Interculturalidade do DDS da CML, fez-se uma observação direta e também participante a longo prazo, sendo esta a metodologia de ênfase na investigação. Fazendo trabalho prático com a equipa técnica ao longo destes meses no seio do local de difusão da interculturalidade na autarquia, a presença diária com os técnico/as ou o apoio na implementação das medidas do PMIL ajudaram à boa percepção da operacionalização da interculturalidade, e ainda da multi-governança e política da CML, não apenas nas causas interculturais mas nas diversas áreas dos Direitos Sociais. Posterior ao domínio da função técnica da CML, que foi o primeiro passo nesta investigação para entender os vários processos de concretização da interculturalidade no terreno, e com intuito de perceber as dúvidas sobre o papel da vereação, surgiu a necessidade de utilizar o método de Shadowing.

O Shadowing é uma técnica de pesquisa e observação direta em que o pesquisador acompanha o trabalho de uma organização ou membro da mesma, podendo fazê-lo durante meses, semanas, dias ou mesmo apenas um turno, mediante o objetivo do pesquisador (McDonald, 2005; Quinlan, 2008; Gilliat-Ray, 2011). Este método consiste em “seguir” ou “sombrear” um membro ou vários membros de uma instituição nas suas atividades laborais, com a finalidade de perceber a sua função, importância ou o profissionalismo com que desenvolve o seu papel, dando inclusivamente ao pesquisador uma noção da personalidade do indivíduo sombreado que poucos métodos de pesquisa dão, e anotando-o com informação em “primeira mão”. Como refere Seonaidh McDonald:

*“o pesquisador faz perguntas que irão induzir um comentário corrente da pessoa que está sendo sombreada. Algumas das perguntas serão para esclarecimento, como o que estava sendo dito na outra extremidade de um telefonema, ou o que uma piada departamental significa.” (McDonald, 2005: 456).*

O que se realça da peculiaridade do shadowing é ir além de uma mera observação directa: permite o acesso à deontologia, práticas e conhecimentos tácitos de um grupo de trabalho e a dados qualitativos muito detalhados sobre como as profissões são efectivamente exercidas. O método permite igualmente o acesso a informação que não se encontra em mais nenhuma fonte. Em contrapartida, autores conhecedores do método identificam como sua principal adversidade as dificuldades na negociação com o membro a ser sombreado, uma vez que normalmente a pessoa a ser sombreada é alguém relevante numa instituição e pode não estar de acordo com ter um investigador a seguir as suas jornadas laborais. Felizmente não foi o caso neste estudo, onde houve uma grande abertura por parte do Vereador dos Direitos Sociais da CML e dos seus assessores a que se utilizasse o método, com a perspectiva de perceber o papel do vereador/vereação na operacionalização da interculturalidade no município de Lisboa.



Figura 1: Shadowing ao Vereador João Afonso, por ocasião de assinatura do protocolo com a empresa Prio Energy no Centro de Acolhimento do Beato, com visita do Presidente da República. Fotografia: CML.

Assim, de 11 a 22 de Janeiro de 2017 deu-se sequência ao shadowing, seguindo o trabalho diário do vereador dos Direitos Sociais (e também dos seus assessores) sempre que as tarefas destes auxiliava à perceção da função da vereação na interculturalidade. Acompanhou-se o Vereador em representações como a III Conferência Internacional de Governação Integrada, em reuniões no seu gabinete com outras entidades como a CPCJ e a APEDV, em assinaturas de protocolos vários e ainda em apresentação de propostas como o Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020 apresentado na Rede Social Lisboa. O “sombreamento” foi suspenso quando se realizavam reuniões mais privadas do vereador, com a conseqüente impossibilidade do investigador o seguir. No entanto, para contrabalançar esta insuficiência menor estendeu-se o método ao diversos assessores da vereação, sendo de destacar as reuniões sombreadas aos assessores nas iniciativas Modo Portátil-Cidadania em Ação e Fórum para a Cidadania, respetivamente.

Ainda na vertente empírica, para responder a questões que não foram possíveis com a observação direta ou com o shadowing, recorreu-se a 4 entrevistas exploratórias, uma a um vereador, uma a um assessor do vereador, uma a um representante de uma associação parceira da CML na interculturalidade e uma a uma funcionária da CML. As entrevistas realizadas foram do tipo semi-diretiva, em que o entrevistador conhece os temas sobre os quais tem de obter reações por parte do inquirido, e parcialmente do tipo entrevista de verificação, em que o entrevistador conhece os temas essenciais mas não os considera suficientemente explicados (Colin, 1985).

A recolha de conteúdo teórico, bem como o levantamento de documentação e de bibliografia foram igualmente necessários nesta investigação, pois para o enquadramento concetual e aperfeiçoamento da temática foi imprescindível recorrer a conteúdo científico. Esta recolha indireta de informação incidiu não só sobre literatura científica mas igualmente sobre documentos como o PMIIL, o Plano de Ação dos Direitos Sociais 2014-2017, o Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural “Viver Juntos em Igual Dignidade” do Conselho da Europa ou o Programa de Governo da Cidade de Lisboa. Juntos constituíram uma consistente base de política pública sobre a problemática central da investigação.

## Capítulo 4 – A Interculturalidade na CML

### 4.1- Interculturalidade na Autarquia

Portugal desde há muitos séculos tem uma tradição de contactos com diversas culturas e etnias, embora estes contactos tenham sido maioritariamente realizados fora do seu território, no quadro das viagens transoceânicas. Mais tarde, com a desagregação do Império ultramarino português em 1975, cerca de meio milhão de portugueses que viviam sobretudo em Angola e Moçambique regressam a Portugal. Anos depois, com a entrada na Comunidade Económica Europeia, Portugal ganha uma outra dinâmica demográfica, tornando-se especialmente atrativo como destino de imigrantes oriundos dos PALOPs, Brasil, Europa de Leste e Ásia (AMI, 2007: 8-9). A cidade de Lisboa, sendo a mais atractiva à escala nacional em termos de actividades socioeconómicas, desde sempre atraiu imigrantes das várias partes do mundo, sendo que actualmente vivem mais de 150 nacionalidades no concelho de Lisboa, que representam 10% da população do município, de acordo com dados do INE (in SEF, 2015).<sup>1</sup>

Cientes da cidade de Lisboa ser uma área cosmopolita, com grande incidência de diferentes culturas, a autarquia começa a preocupar-se com os assuntos da interculturalidade no princípio da década de 90 (oficialmente em 1993), quando o presidente da Câmara Municipal naquela altura cria o Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas (CMCIME), que funcionava como

---

<sup>1</sup> Lisboa é um município com 504 471 mil habitantes, o que torna o município o mais populoso de Portugal, com uma população imigrante de 51 690 indivíduos, representando 10% da população, os quais são representativos de 150 nacionalidades oriundas dos vários continentes, segundo os dados de 2015 do SEF. Destes, destacam-se no território lisboeta a comunidade brasileira, como sendo a mais representada (9 596 habitantes), em segundo lugar, a chinesa (5 705 habitantes), logo seguida da nepalesa (3 379 habitantes), da cabo-verdiana (3 201 habitantes), da indiana (2 342 habitantes), da angolana (2 221 habitantes), da romena (2 193 habitantes), da ucraniana (1 988 habitantes), e da espanhola (1 980 habitantes), e ainda como a décima nacionalidade, a francesa (1 918 habitantes), sendo estas as mais significativas em quantidade (SEF 2015). Focando-nos no município de Lisboa, com base no PMIL, há uma grande incidência de imigrantes no Centro Histórico e a sua área envolvente. De salientar também a coroa interna periférica de Lisboa, mas de modo geral os imigrantes e as suas marcas culturais estão dispersos um pouco por todo o município, fazendo de Lisboa um local reconhecido pela diversidade cultural, gastronómica e multiculturalidade.

Mediante a visível mistura de etnias, culturas e religiões surge a preocupação do órgão que administra o município, a CML, de integrar no território estas várias etnias, e ainda potenciar e valorizar esta diversidade cultural que incide no concelho de Lisboa.

*“estrutura consultiva activa e aglutinadora dos interesses e das políticas do município para os imigrantes, comunidades ciganas, comunidades religiosas, no que diz respeito às questões da imigração e da diversidade cultural.”(CML, 2015)*

Ainda com base na CML, o então criado CMCIME (atualmente denominado Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania [CMIC])

*“visa ser instrumento de reforço das políticas de integração dos imigrantes, criando oportunidades que garantissem a participação das comunidades imigrantes, potenciando a sua integração, de forma a suprimir fenómenos de discriminação, racismo e xenofobia.” (idem).*

A interculturalidade ainda era trabalhada de uma forma muito implícita face ao formato de execução e projetos feitos atualmente na CML. Além da criação do CMCIME em 1993, desde 1997 até 2001 a interculturalidade era tratada na CML num núcleo entretanto extinguido denominado Centro de Recursos Multicultural (CRM), onde se davam ações de formação nas áreas de Cidadania Europeia e Legislação para Imigrantes e Introdução a Cidadania Intercultural (Dionísio, 2009).

As diretrizes da interculturalidade na CML vêm também descritas como um desafio da cidade em 2002 no documento “Lisboa 2012. Uma Visão Estratégica” documento referente ao Planeamento Estratégico da cidade, com pretensão de fazer de Lisboa uma das melhores cidades para se viver a escala mundial. Este plano tinha 4 eixos: Lisboa Cidade de Bairros; Cidade de Empreendedores; Cidade de Culturas; e Cidade de Modernidade e Inovação. É no eixo Cidade de Culturas que é defendido o cosmopolitismo. Na recente Carta Estratégica 2010-2024, reforça-se este querer de uma Lisboa para todos, estando patente no Plano Diretor Municipal (PDM) de Lisboa, que entrou em vigor no dia 31 de agosto de 2012, o desejo de “Tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva” (PDM CML 2012). No documento “Lx-Europa 2020 - Lisboa no Quadro do Próximo Período de Programação Comunitário”, redigido em 11/2012 pela Equipa de Missão Lisboa/Europa 2020 (constituída por representantes políticos da CML, instituições de ensino superior, agentes económicos, sociais e culturais, entre outros), são identificadas as estratégias de desenvolvimento da cidade e as suas áreas de intervenção a serem trabalhadas no Programação Comunitária 2014-2020. O documento estabelece a interculturalidade como um desafio e modelo de grande relevância para o futuro da cidade (PMIIL, 2014).

Até recentemente, a interculturalidade era trabalhada ainda de forma muito implícita nas causas sociais da autarquia, ficando os assuntos da interculturalidade a cargo do núcleo de cidadania do Departamento de Desenvolvimento Social. Mais recentemente, com a reestruturação que atinge a CML em 2015 o reformulado departamento passa a Departamento para os Direitos Sociais, e cria-se um núcleo específico para a interculturalidade, que trabalha as causas interculturais até aos dias de hoje. Com a existência de um núcleo só para a interculturalidade as questões interculturais a nível da CML ganham um ênfase nunca antes visto.

A autarquia municipal tem sido defensora de um espaço cordial para os diversos grupos etnoculturais, como pode ser visto no Programa do Governo da Cidade de Lisboa para o mandato 2013-2017, que explicita as orientações políticas pretendidas na cidade. No ponto 6 do eixo “Lisboa Inclusiva”, a CML compromete-se a “promover, apoiar e participar em programas ou iniciativas de integração das comunidades imigrantes, minorias étnicas, culturais e religiosas” (CML, 2013). No Plano de Acção do Pelouro dos Direitos Sociais 2013-2017, é mais uma vez expressa a preocupação da CML com o convívio entre as culturas, estabelecendo na área 9 das 15 áreas de acção do plano o Diálogo Intercultural e Inter-religioso, que pretende a integração social e igualdade entre todos os munícipes. Em 2014 foi então aprovada por unanimidade de todas as entidades políticas municipais a proposta do vereador dos Direitos Sociais para desenvolvimento do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa (PMIIL), cuja implementação consiste no trabalho quotidiano do Núcleo da Interculturalidade. Este encontra-se sediado no Departamento para os Direitos Sociais que será descrito de seguida.

#### **4.2 - O funcionamento orgânico do Departamento para os Direitos Sociais e Divisão da Coesão e Juventude (DDS/DCJ)**

O Departamento para os Direitos Sociais (DDS) da Câmara Municipal de Lisboa, é composto por 3 divisões: Divisão para a Participação e Cidadania (DPC); Divisão para a Intervenção Social (DIS); e Divisão para a Coesão e Juventude (DCJ).

Pormenorizadamente, a Divisão para a Participação e Cidadania está encarregue de apoiar e implementar programas, iniciativas e projetos, “garantindo a realização de ações relativas aos objetivos inerentes aos Direitos Sociais, particularmente nas áreas afetas à Participação, Cidadania, Direitos Humanos, Economia e Inovação Social, Qualidade de Vida e Saúde e Gestão, Planeamento e Cooperação Transversal na área dos Direitos Sociais” (Diário da República, 2015). A Divisão para a Coesão e Juventude tem a mesma tarefa, contudo focada nas áreas da Coesão, Juventude, Deficiência, Envelhecimento Ativo, Diálogo Intercultural e Inter-religioso, Orientação Sexual e Identidade de Género. Por último a Divisão de Intervenção Social tem incidência nas áreas de Intervenção Social, Infância, Famílias, Pessoas Sem-Abrigo e Vulnerabilidade Social (Diário da República, 2015).

A Assembleia Municipal é o órgão municipal representativo que detêm poderes deliberativos, agindo com intenção de promover os interesses dos munícipes. Tem poder para resolução de matérias relevantes no município e para fiscalizar o executivo municipal. Aprovou a atual estrutura orgânica da CML na Assembleia Municipal em 2016, e a atual estrutura do (DDS) Departamento para os Direitos Sociais, em detrimento do Departamento de Desenvolvimento Social em 2015. De acordo com Decreto- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da Assembleia da República, que estabelece o Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, é explicitado que a estrutura orgânica da CML insere-se em dois níveis. O primeiro nível é uma estrutura macro conhecida também como nuclear, composta por direções municipais e departamentos, como é o caso do Departamento para os Direitos Sociais, aprovado pela Assembleia Municipal a pedido do executivo vigente da câmara, sendo um processo complexo que apela a votação dos partidos na Assembleia Municipal. O segundo nível constitui-se como uma estrutura flexível em que se incluem as divisões ou orgânicas equiparadas. Por exemplo dentro do DDS, existe a DPC, a DCJ e a DIS, que são aprovadas, criadas, alteradas e deliberadas pelo executivo da CML e oficializadas nos boletins municipais (CML, 2015; Diário da República, 2013).

Oficialmente a estrutura orgânica da CML e o seu organograma, não tem presente os núcleos da CML. Isto acontece porque nos termos da lei e do Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais só existe a estrutura macro e a estrutura flexível, sendo que os núcleos que compõem as divisões não aparecem. No caso da DCJ eles são o Núcleo da Deficiência, o Núcleo da Igualdade, o Núcleo de Apoio à Juventude e o Núcleo da Interculturalidade. São apenas reconhecidos no seio da CML, na sua organização interna, mas não são nem precisam de ser reconhecidos na Assembleia Municipal ou aprovadas oficialmente pelo executivo da câmara.

Finalmente, para a compreensão do funcionamento do (DDS/DCJ) é imprescindível mencionar o Pelouro dos Direitos Sociais, que é o grande responsável pela atual organização do Departamento para os Direitos Sociais e o responsável pelo Plano de Ação dos Direitos Sociais 2014-2017, que é o enfoque do trabalho quotidiano do departamento. A vereação define a estratégia e as áreas de ação do seu mandato a serem executadas pelos técnicos do DDS. Neste mandato, cada eixo deste Plano de Ação foi dividido e alocado à sua respetiva divisão, sendo cada área trabalhada especificamente no seu núcleo.

### 4.3. Operacionalização da Interculturalidade na Autarquia

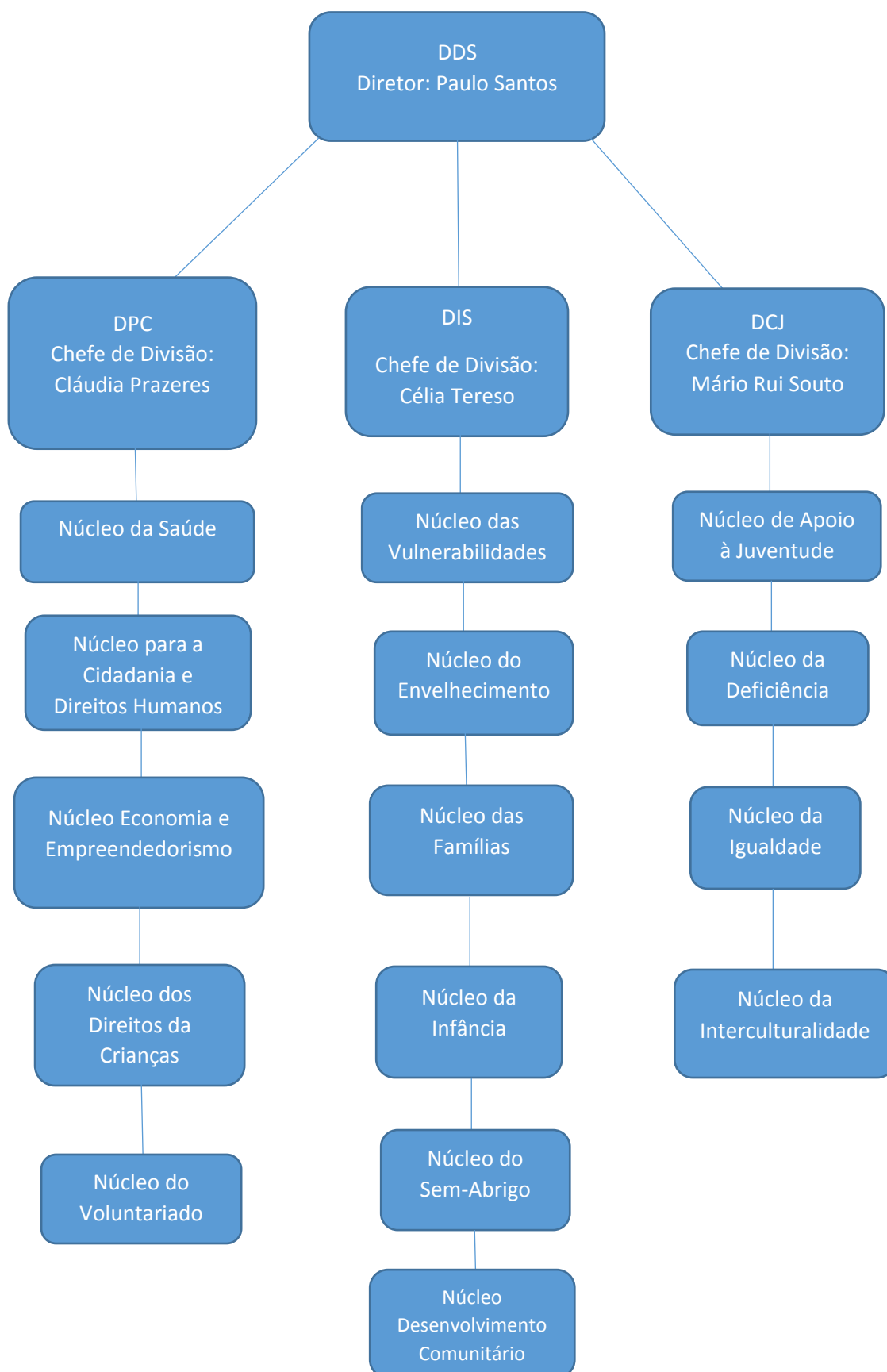


Figura 2: Organograma do Departamento para os Direitos Sociais da CML. Elaboração própria.

Na organização interna da CML, a interculturalidade é assunto oficial do Departamento para os Direitos Sociais, e é nele que o desafio intercultural é quotidianamente abordado, elaborado e trabalhado, mais precisamente na Divisão para a Coesão e Juventude, Núcleo da Interculturalidade. Ao falar da operacionalização da interculturalidade na autarquia, é de relevância compreender a proveniência das diretrizes interculturais trabalhadas no núcleo, para assim compreendermos a primeira fase desta operacionalização, que é a origem do Diálogo Intercultural e Inter-religioso atualmente promovida na CML.

A defesa da interculturalidade como um dos desafios da autarquia provém do Programa do Governo de Lisboa 2013-2017 presidido pelo atual 1º Ministro António Costa (antigo presidente da CML), num programa de governo com 5 grandes eixos: Lisboa mais próxima (Cidade Limpa e Arranjada); Lisboa Inclusiva (Cidade Atrativa); Lisboa sustentável (Cidade Reabilitada e Eficiente, Cidade Acessível); Lisboa empreendedora (Cidade Competitiva); Lisboa global (Cidade Universal). O discurso de uma Lisboa para todos está presente em 2 dos eixos, como um desafio da cidade durante este atual mandato: no eixo Lisboa Inclusiva, na alínea dos Direitos Sociais afirma-se que “Todos sejam tratados com igualdade” e está patente no teor do ponto 6 o desafio do Governo de Lisboa em promover, apoiar e participar em programas ou iniciativas de integração das comunidades imigrantes, minorias étnicas, culturais e religiosas. No eixo Lisboa Global está também patente o desafio de garantir Lisboa como uma cidade de Diálogo e da Interculturalidade.

O desafio de fazer de Lisboa uma cidade intercultural surge portanto das políticas orientadoras do município. Além de estarem no Programa do Governo 2013-2017, as intenções de tornar o município intercultural estão pautadas de um modo mais detalhado no Plano de Ação dos Direitos Sociais 2014-2017 do Pelouro dos Direitos Sociais, sendo que a verificação dos Direitos Sociais tem como função

*“(...) a definição de estratégia, a opção de programas e ações que definam/orientam a estratégia (...) e estabelecer os instrumentos necessários para implementações destas estratégias” (Entrevista 2, 2017).*

Neste Plano de Ação 2014-2017 inserem-se as ações pretendidas pelo Pelouro dos Direitos Sociais para o seu mandato. Dentro de um plano com 3 eixos (Participação, Coesão e Intervenção), existem 15 áreas de ação. No eixo da Participação, estas são: a Cidadania; os Direitos Humanos; a Economia Social e Inovação; a Qualidade de Vida e

Saúde; a Gestão, Planeamento e Cooperação Transversal. No eixo da Coesão, são: a Juventude; Igualdade de Género; Deficiência; Diálogo Intercultural e Inter-religioso; Orientação Sexual e Identidade de Género; Envelhecimento Ativo. E no eixo da Intervenção inserem-se áreas como: a Infância; Famílias; Pessoas Sem-abrigo; e a Acessibilidade Pedonal.

A Área de Acção 9 incide então sobre o Diálogo Intercultural e Inter-religioso, tendo ela 4 missões:

- a) *Apoiar e incluir imigrantes;*
- b) *Promover a integração das comunidades imigrantes, grupos étnicos, culturais e religiosos;*
- c) *Promover a participação no domínio da interculturalidade e inter-religiosidade;*
- d) *e Potenciar as relações de cooperação existentes na área da interculturalidade e inter-religiosidade (Plano de Acção dos Direitos Sociais, 2014).*

O trabalho desenvolvido actualmente na CML referente à interculturalidade parte das orientações políticas acima referidas, sendo visível que a defesa da interculturalidade no município provém do executivo actual, mais concretamente do Pelouro dos Direitos Sociais, que além de trazer as diretrizes tem também uma presença ativa em todo processo da interculturalidade. Como refere o assessor da vereação,

*“a vereação tem um lado de mediador, articulador, orientador e um lado de intervenção direta porque também desenvolve medidas” (Entrevista 3, 2017).*

Esta articulação da vereação com o técnico é feita primeiramente com os chefes de divisão e funcionários técnicos da CML, neste caso o chefe da Divisão para a Coesão e Juventude e a equipa técnica do Núcleo da Interculturalidade, que com o vereador, e o assessor da vereação responsável pela interculturalidade são os responsáveis pelo interculturalismo na instituição CML. Relembrando, na ação dos técnicos e da vereação

*“não tem que haver diferenças, têm é de haver articulação entre os dois, no fundo o núcleo dá uma resposta de terreno e executa muito, mas é algo que tem de funcionar sempre em articulação aliás porque somos todos o mesmo serviço, o núcleo tem uma vertente se calhar mais técnica e o gabinete da vereação tem uma vertente mais política mas também técnica” (Entrevista 3, 2017).*

Assim, para a implementação do redigido no Programa Governo de Lisboa e no Plano de Ação dos Direitos Sociais, foi criado o Plano Municipal de Integração de Imigrantes em Lisboa (PMIIL) que tem planificado as iniciativas e medidas a serem executadas ao longo deste mandato. De acordo com o próprio PMIIL, este Plano Municipal enquadra-se no Plano Estratégico para as Migrações (PEM) que por sua vez verte nacionalmente a atual política comunitária, que defende a criação de planos locais para os imigrantes com vista à sua integração e acolhimento.

O plano de Lisboa tem os seguintes eixos e áreas de ação:

EIXO 1 CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO	EIXO 2 EMPREGO, EMPREENDEORISMO, VALORIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	EIXO 3 DIVERSIDADE
ACOLHIMENTO	EMPREGO	RELAÇÕES COM PAÍSES DE ORIGEM
HABITAÇÃO	EMPREENDEORISMO	DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO E INTER-CULTURAL
SAÚDE		DINÂMICAS CULTURAIS URBANAS
EDUCAÇÃO	QUALIFICAÇÃO	RACISMO E DISCRIMINAÇÃO
PARTICIPAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA DOS IMIGRANTES		EXCLUSÃO SOCIAL
ASSOCIATIVISMO		

Figura 3: Plano Estratégico das Migrações da CML. Fonte: PMIIL.

Estipularam-se duas fases, uma fase de concepção (com previsão até ao primeiro semestre de 2015), e uma fase de implementação (do segundo semestre de 2015 até 2017). A fase de concepção contou com 3 pequenas fases: a inicial, que definiu a estratégia, a apresentação pelo vereador dos Direitos Sociais em Reunião de Câmara e aprovação da proposta da criação do PMIIL; uma segunda fase, embrionária do PMIIL, que é um diagnóstico da população imigrante residente em Lisboa, feita em parceria com o IGOT-UL, que levantou problemas no quotidiano dos imigrantes e o seu possível contributo no desenvolvimento do município. Nesta fase houve recurso ao CMIC, ao FMINT e às associações de imigrantes parceiras da CML, sendo dado à sociedade civil

o direito a exprimir problemas e ações que poderiam ser contempladas pelo PMIIL. Nesta fase a CML contou com o auxílio de 31 associações parceiras do CMIC, bem como outras 38 associações de imigrantes reconhecidas pelo ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), atualmente ACM (Alto Comissariado para as Migrações), na elaboração das ações e medidas do PMIIL. A terceira fase envolveu o debate e a participação dos parceiros, onde se planificaram eventos, workshops, reuniões e fóruns com a presença de representantes da CML, das associações e de outras entidades com vista à elaboração de medidas e ações do documento.

De referir que o Plano Municipal, por estar na agenda dos objetivos europeus, é devidamente co-financiado pelo Fundo Europeu para Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), passando-se depois à fase de implementação, já com as ações programadas em cada eixo do PMIIL (Eixo 1: Participação e Cidadania; Eixo 2: Emprego, Empreendedorismo, Valorização e Capacitação; Eixo 3: Diversidade). Foi feita a divisão de cada eixo por dois/duas técnico/as do Núcleo da Interculturalidade, que executam as medidas planificadas, normalmente em conjunto com o assessor da vereação encarregue pela interculturalidade, e os parceiros mediante o cariz da iniciativa.

A operacionalização da interculturalidade da autarquia ao território municipal materializa-se significativamente com a execução das medidas propostas no Plano Municipal, passando da primeira fase teórica e das diretrizes interculturais acima redigidas à implementação destas medidas interculturais, sendo articuladas entre o assessor da vereação com a responsabilidade das questões interculturais e os técnico/as do Núcleo da Interculturalidade com objetivo de concretizar uma determinada iniciativa. Foi constatado diretamente que

*“a função da vereação é trazer a política e o plano de ação a ser executado durante o mandato pelos técnicos (neste caso do DDS), mas não é apenas elaborar e deixar os técnicos porem em prática, mais do que isso é fazer a logística e desenhar parcerias para executar este plano de ação de uma forma eficaz” (Notas diárias do shadowing, 2017).*

De apontar também que

*“o método de operacionalização das várias áreas de ação é semelhante, pois os assessores da vereação e os técnicos do DDS trabalham cada tema em sintonia, e*

***procuram sempre parceiros locais para uma melhor implementação das iniciativas.*** Sendo iniciativa da CML ou iniciativa de outra entidade, é importante a cooperação com o maior número de parceiros locais (de preferência do município de Lisboa) de modo as iniciativas/medidas cheguem ao maior número de munícipes” (Notas diárias do shadowing, 2017, sublinhado próprio).

Em cada iniciativa do PMIIL, há uma fase preliminar de acertos e negociações em que o formato é normalmente similar, com reuniões na presença do assessor do vereador para as causas do Diálogo Intercultural e Inter-religioso e de membros da equipa técnica da Interculturalidade (de acordo com o eixo em que se insere a medida). Por outro lado, consoante a medida a ser implementada, é visível a presença de representantes de outros órgãos ou associações locais com interesse específico na medida a ser implementada. A instituição CML surge nesta operacionalização como o agente-agregador, unindo agentes-chaves para esta operação, e também elemento-executador, executando medidas propostas.

Para uma melhor ilustração da operacionalização da interculturalidade no concelho de Lisboa, achou-se indispensável recorrer como exemplo a 3 iniciativas derivadas do PMIIL, todas elas visando a interculturalidade mas com as suas diferenças. Para cada uma acompanhou-se o caminho percorrido até a materialização da mesma e qual a função da CML em cada iniciativa.

#### *A iniciativa “Mercado das Culturas”*

Começamos então por exemplificar a iniciativa do “Mercado das Culturas”, iniciativa que tornou real a ambição declarada no PMIIL de promover a criação de um centro de interculturalidade. O Mercado de Culturas é um equipamento social, cultural e desportivo disponibilizado à comunidade para realização de eventos importantes na promoção dos direitos sociais e cidadania na cidade, como eventos solidários (jantares, feiras solidárias, espectáculos de angariação de fundos, etc.); eventos das embaixadas, associações e grupos informais das comunidades imigrantes para a promoção da sua integração; e workshops para jovens (PMIIL, 2015). A iniciativa surgiu da vontade da Junta de Freguesia de Arroios em requalificar o atual Mercado de Culturas e das pretensões do Pelouro dos Direitos Sociais de promover a criação de um centro de

interculturalidade como descrito na fase de implementação do PMIIL, tendo-se achado que o espaço em questão era um local propício para este centro.



Figura 4: Mercado das Culturas, 2016. Fonte: Cáritas Diocesana de Lisboa.

Procedeu-se assim a um protocolo entre as duas entidades com vista à requalificação do Mercado de Culturas e a criação deste equipamento, com o valor estipulado na ordem dos 129.328 €, em que o Pelouro dos Direitos Sociais participou esta iniciativa com 64.664€, (metade da quantia do preço estipulado), sendo a participação financeira debatida e votada a favor por maioria em Assembleia Municipal no dia 20 de Dezembro de 2016. A concretização desta iniciativa está oficialmente planeada para o último trimestre de 2017.

### *A Vigília pela Paz*

Outra amostra da operacionalização da interculturalidade é a Vigília pela Paz, inserida na medida “ Organizar um encontro inter-religioso” do PMIIL. A iniciativa partiu da entidade Cáritas Diocesana de Lisboa, que almeja “afirmar, promover e celebrar os valores de Diálogo, da Cooperação, da Hospitalidade, da Solidariedade, da Justiça, da Bondade, do Perdão e da Paz” (PMIIL, 2015). Segundo o responsável pelo gabinete de Comunicação e Novos Projetos da Cáritas, este “é um organismo oficial da

igreja católica, (...) quando falamos da Cáritas falamos da ação sócio-caritativa da Igreja Católica” (Entrevista 4, 2017). Este organismo idealizou fazer vigílias inter-religiosas, assinalando no espaço a interação e convívio entre as diferentes religiões e culturas. Estas vigílias estão planeadas pela Cáritas e pela CML para acontecerem com uma frequência anual. Confirma-o membro da Cáritas:

*“A CML tem sido um grande parceiro, sempre disponível a ajudar-nos a pôr as nossas ideias de pé, inclusive as duas vigílias que organizámos foi com total colaboração da CML e se ela não prestasse apoio seria muito complicado.” (Entrevista 4, 2017).*

Esta iniciativa foi proveniente de um parceiro local mas foi igualmente tida pela vereação como uma iniciativa de interesse municipal. Em análise provinda diretamente das observações realizadas através do *shadowing*, e sem desconsiderar o trabalho dos técnicos ou das chefias de divisão, pode-se argumentar que

*“a vereação é o grupo de maior poder e decisão na operacionalização da interculturalidade na CML, pois sem a sua decisão a operacionalização das iniciativas não avançam na instituição” (Notas diárias do shadowing, 2017).*

A vigília foi então posta na agenda das iniciativas interculturais a serem concretizadas. Fez-se assim a articulação desta iniciativa entre o assessor do vereador e as técnico/as do núcleo respectivo. Como esta iniciativa de Dialogo Intercultural e Inter-religioso se enquadra no Eixo 3 (Diversidade), os/as técnico/as responsáveis por este eixo ficaram responsáveis juntamente com o assessor de mediar e executarem a iniciativa com a entidade parceira.

Passou-se assim para a fase de reuniões com a presença dos representantes da CML, da Cáritas e outras entidades parceiras que os representantes da CML identificaram como elementos chave para a implementação da medida. Neste caso, foram parceiros também o Alto Comissariado para as Migrações – Comissão da Liberdade Religiosa, e a Junta de Freguesia de Arroios, por ficar entendido pelos membros da CML que o local indicado para esta iniciativa ser pertencente a freguesia de Arroios.



Figura 5: Segunda Vígilia pela Paz, Martim Moniz, Dezembro 2016. Fonte: Cáritas Diocesana de Lisboa.

A segunda Vigília pela Paz concretizou-se a 17 de Dezembro de 2016, no Mercado de Culturas em Arroios, em que a CML

*“deu total cobertura, apoiou inteiramente a concretização da vigília ao convidar outros parceiros, disponibilizou espaço para realização, forneceu-nos o apoio da polícia municipal e equipamentos indispensáveis, e até a sua equipa técnica prestou auxílio num fim de semana à nossa vigília” (Entrevista 4, 2017).*

#### *Apoio a outras iniciativas*

Este tipo de apoio muito forte foi verificado noutras ocasiões em que se ‘seguiu’ (*shadowed*) o trabalho diário da vereação ou do seu assessor. Um exemplo foi a fase inicial da organização do Projeto Modo-Portátil. Na presença de representantes da associação Sons da Lusofonia, de representantes da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica e de representantes da CML (assessor e técnica do núcleo), os representantes da CML tomaram a seu cargo

*“toda a parte burocrática no que concerne espaços e participação financeira (...), levar informações relevantes ao vereador de modo a dar autorizações de verbas ou*

*disponibilizar espaços da tutela da câmara para organização do projecto” (Notas diárias de shadowing, 2017).*

Algo semelhante aconteceu também na reunião para a organização da “Festa da Saúde”, que apesar de não ser uma iniciativa de cariz intercultural, demonstra também a abordagem da CML nas iniciativas oriundas de outras entidades. A Festa da Saúde uma iniciativa da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, que teve parecer positivo e de interesse municipal para a CML, e para a qual “se disponibilizou a auxiliar com fornecimento de espaço e material como tendas, cadeiras, etc.” (idem), o que ilustra bem a relevância da CML na operacionalização das iniciativas no município.

### *O Fórum Municipal para a Interculturalidade*

A CML também operacionaliza a interculturalidade mediante medidas próprias, como é exemplo o Fórum Municipal para a Interculturalidade (FMINT), que tem o intuito de fomentar a cooperação das associações de imigrantes com associações do mesmo género que se encontram sediadas noutros países, promovendo um encontro a realizar em Lisboa com objetivo estratégico de reforçar as relações entre países de origem e Lisboa (CML, 2015). Através desta iniciativa, a CML pretende criar um

*“espaço de debate, reflexão e estudo, por forma a aumentar o conhecimento, a partilha e a qualificação das práticas dos atores sociais relevantes para a promoção do diálogo em torno da imigração, diversidade e interculturalidade, garantindo a participação das diferentes comunidades presentes no concelho de Lisboa” (CML, 2015).*

Assim, nos dias 18, 19, 20 e 24, 25, 26 de Junho de 2016, na Ribeira das Naus, conciliou-se o Fórum Municipal para a Interculturalidade com a Festa da Diversidade, que é uma iniciativa da entidade SOS Racismo, com a 17ª Marcha de Orgulho LGBT (que terminou no local onde se festejava a interculturalidade), e ainda se assinalou o Dia Mundial do Refugiado (20 de Junho). Criou-se pois uma semana com espetáculos, concertos, exposições e cinema, celebrando-se desta forma a aceitação da diferença numa sobreposição de eventos para os quais a CML solicitou a presença e colaboração de associações locais, entidades públicas e embaixadas.



Figura 6: Festa da Diversidade e Fórum Municipal para a Interculturalidade, Ribeira das Naus, Junho 2016. Fonte: CML.

### *Operacionalizar o PMIIL através de parcerias*

A operacionalização da interculturalidade na autarquia, como foi evidenciado, não é realizada por um método uniforme. Primariamente a CML impulsiona a interculturalidade no território municipal mediante iniciativas de outrem (desde que tenha interesse municipal); mas também o faz mediante interesses convergentes com outras entidades (nesse caso desenvolvendo-se protocolos de colaboração); e finalmente, com as suas próprias iniciativas. As medidas do PMIIL expostas no relatório evidenciaram que a instituição tem um papel central e eclético no processo da interculturalidade, visto que para pautar a interculturalidade no território tanto pode apoiar financeiramente a criação de infraestruturas para fins interculturais (o que é uma

forma de expressar que se quer uma Lisboa intercultural, marcando no espaço público da cidade infraestruturas destinadas a partilhas e interação de culturas), como pode servir de alicerce as iniciativas de outros organismos, em que a CML disponibiliza meios para a concretização das mesmas, e como visto, pode também estruturar uma iniciativa com ou sem a colaboração de parceiros.

Uma das características a focar desta operacionalização é a pretensão da CML em colaborar com parceiros, tanto entidades públicas como agentes locais, trazendo estes medidas ou participarem em medidas a serem desenvolvidas, pois o associativismo e uma estrutura sólida de parceiros ajuda na mobilização de grupos que são o público-alvo deste PMIIL e conseqüentemente aumenta a aderência e produtividade das iniciativas. O vereador dos Direitos Sociais questiona este aspeto do tecido de parceiros, indicando que é um aspeto que proporcionaria uma melhor implementação da interculturalidade, afirmando como uma das dificuldades

*“a fragilidade do tecido dos parceiros, um tecido associativo que ainda não está sedimentado, há alguns parceiros com muitos anos e muito trabalho mas que têm muitas dificuldades, muitas vezes não sabem bem a política da CML e a CML não sabe bem o que eles querem, precisa-se de parceiros com mais força e capacidade para trabalhar em conjunto” (Entrevista 2, 2017).*

O PMIIL insere-se na base da operação da interculturalidade no município, e já se explicitou que a CML opera este plano fazendo protocolos quando há interesses mútuos, auxiliando ideias de parceiros e criando ideias suas no âmbito intercultural. Mas também se processa a interculturalidade fora do PMIIL: desde que com os devidos requisitos pedidos, a CML não restringe ideias benéficas para o município vindas de associações, fundações ou IPSS com interesse público municipal, que por exemplo solicitem espaços físicos, materiais técnicos ou participação financeira através do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município (RAAML). Este está fora do PMIIL mas desde que tenha interesse municipal o processamento é o mesmo. A CML é uma instituição que

*“tem um grande papel na cidade e no fundo é uma instituição que consegue mediar e aproximar os vários interesses da cidade, (...) a CML no terreno tem um papel de agregador de vontades e é muito importante esse lado, (...) consegue reunir à mesa*

*imensas instituições, cidadãos e consegue mediar o que se quer construir porque a CML representa a cidade e as vontades da cidade” (Entrevista 3, 2017).*

Para finalizar, esta operacionalização da interculturalidade na autarquia corre em grande medida do executivo atual da CML, mas o que se pretende fazer é articulado com os técnicos do núcleo, que por sua vez têm a função de

*“participar activamente nas propostas que são apresentadas pelas entidades através do Gabinete do Vereador ou do Departamento e que digam respeito a esta área” (Entrevista 1, 2017).*

Além destas, os técnicos têm também a responsabilidade de participar nas propostas de entidades que surgem de dentro da câmara, implementando assim as intenções do Plano de Ação com os parceiros locais. É deste modo que a CML cria os meios para esta operacionalização, criando e apoiando iniciativas de modo a incentivar a interculturalidade no território lisboeta.

## Capítulo V - Discussão e Análise Swot

A abordagem que a CML desenvolve neste mandato, com o Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes em Lisboa, *enquadra-se claramente no conceito de interculturalismo*. Além de em termos teóricos a CML identificar que trabalha o “Diálogo Intercultural e Inter-religioso” no Plano de Ação para os Direitos Sociais, são também visíveis em termos práticos medidas como o FMINT, o CMIC ou a Vigília pela Paz, que espelham o modelo de gestão que a câmara aborda em relação à sua diversidade populacional, promovendo espaços de partilhas de culturas, espaços inter-religiosos e espaços de debate entre as diversas associações representativas das minorias ou afins interculturais. Isto é promoção da interculturalidade:

*“na partilha e interação dos diferentes grupos etnoculturais, (...) o diálogo intercultural aparece como mecanismo de promoção da comunicação e da interação positiva entre os vários grupos culturalmente distintos” (Malheiros, 2011).*

No que toca a governança multinível, que consiste numa forma de governo em que os agentes são interdependentes/interligados, equilibrados, e coordenados por atores locais, regionais, nacionais e até supranacionais. A governança multinível na CML é vista tanto em entendimentos horizontais como verticais. Os entendimentos horizontais são mais visíveis nas temáticas setoriais, sejam locais ou regionais, e nas relações a nível da administração municipal. Os entendimentos verticais são mais visíveis ao nível da hierarquia dos órgãos governamentais, por exemplo desde uma freguesia, à câmara municipal, até ao topo da hierarquia numa organização supranacional como a União Europeia (Faluidi, 2012). A materialização da interculturalidade no território do município de Lisboa é até um exemplo inequívoco da lógica da governança multinível, sendo que a nível vertical as intenções da interculturalidade no município enquadram-se muito bem nas diretrizes vindas da União Europeia: o PMIL insere-se nas políticas nacionais, enquadrado pelo Plano Estratégico das Migrações, e é cofinanciado pela UE por consubstanciar a política comunitária. Esta governança multinível da interculturalidade, a nível vertical, vem de uma orientação supranacional, que depois se transforma em nacional e finalmente entra na esfera do governo local. Surge posteriormente o nível horizontal, com a CML a operacionalizá-la integrando parceiros territoriais, tais como entidades públicas, associações locais ou IPSS do município de Lisboa.

Quanto a função dos gabinetes e núcleos que estruturam o Diálogo Intercultural na CML já foi referida ao longo do documento. O gabinete responsável por definir a estratégia é o da Vereação dos Direitos Sociais:

*“o que queremos fazer e quais são os instrumentos necessários [somos nós que decidimos]. Por exemplo o PMIL foi uma estratégia da vereação, e por último o outro aspeto marcante é o papel da vereação em criar os meios e condições para operacionalizar, criar algumas iniciativas e apoiar parceiros” (Entrevista 2, 2017).*

O Núcleo da Interculturalidade, como já foi dito, tem a função de executar e participar ativamente nas iniciativas propostas, sejam de parceiros ou da CML.

### *Desafios da operacionalização*

Um dos objetivos com que esta investigação se comprometeu foi o levantamento de anomalias ou aspetos menos positivos da operacionalização da interculturalidade, de modo a que este relatório sirva também como um documento que visa o aperfeiçoamento da interculturalidade, e consequentemente uma melhor coesão social.

Foi observado que, apesar do orçamento para os Direitos Sociais ser sempre relativamente baixo para o que se quer fazer (embora no presente ano tenha havido um aumento significativo do orçamento (Entrevista 3, 2017), a aposta na interculturalidade em Lisboa é real. Como se constatou no shadowing :

*“ (...) a par das questões dos refugiados, o Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES), e a interculturalidade são as que mais gastam do orçamento, não havendo uma certeza de quanto gasta cada uma mas que estas 3 áreas juntas são as que pesam mais no orçamento anual do DDS.” (Notas do Shadowing, 2017)*

Um parceiro da CML há anos confirma-o:

*“tem havido maior (aposta por) esta atual vereação, até pelo fenómeno da imigração, refugiados, que obrigaram a CML a responder. (...) Há pelo menos uma preocupação em tornar a cidade muito mais aberta, muito mais interativa e interventiva, e muito mais participativa e plural.” (Entrevista 4, 2017).*

Pode-se igualmente afirmar que a autarquia investe no plano local para a integração das minorias. Sendo este o trilha defendido do nível comunitário ao

municipal, pretende-se que a difusão do Diálogo Intercultural não seja apenas uma aposta discursiva, mas sim que se reflita em termos práticos e se incuta na população da cidade.

No entanto, existem fatores condicionantes apontados pelos próprios responsáveis pela interculturalidade na CML como dificultando uma melhor operacionalização da interculturalidade. O primeiro tem a ver com a questão da interculturalidade não poder ser apenas operacionalizada e estar na agenda de um pelouro. Além do pelouro dos Direitos Sociais, outros deveriam trabalhar esta dimensão, como o pelouro da Educação, da Habitação/Desenvolvimento Local ou do Planeamento/Urbanismo, e não é o que se vê internamente, sendo que recorrendo ao shadowing uma das anomalias apontadas foi:

*“ (...) a falha da CML em lidar com a interculturalidade de forma uniforme como instituição e não apenas a interculturalidade ser defendida no núcleo da interculturalidade, deve ter uma postura idêntica entre todos os pelouros no que diz a interculturalidade.”(Notas do shadowing, 2017)*

O segundo tem a ver com o tecido associativo e a necessidade de o capacitar:

*“ um precário tecido associativo que muitas das vezes não sabem a política que a CML defende, a falta de entidades parceiras com mais força e um maior trabalho integrado e conjunto entre todos os parceiros” (Notas do shadowing, 2017).*

O terceiro tem a ver com a composição da equipa técnica do Núcleo da Interculturalidade: foi referido que as equipas são muito grandes e que há necessidades de equipas mais pequenas, com técnicos com mais capacidade de ação e conhecimento específico na área. De modo muito detalhado, foi igualmente referido que tendo os técnicos horários fixos de saída, não se operacionaliza nem se trabalha a interculturalidade como se deveria (Entrevistas 1 e 2).

De tudo isto chega-se a uma análise alargada, embora resumida, de como se pode ver a interculturalidade em Lisboa. Para apresentá-la, recorreu-se a uma análise SWOT (Strengths-Weaknesses-Opportunities-Threats), que o ajuda a visualizar.

## Análise SWOT



Figura 7: Análise SWOT da Interculturalidade na CML. Elaboração própria.

Em suma, a interculturalidade é de facto uma política clara e coerentemente perseguida pela CML, mas importa capacitar mais os parceiros externos para as atividades concretas, melhorar a capacidade de resposta das equipas da CML e consolidar os seus mecanismos para que futuros governos municipais não descontinuem esta política de interação social, étnica e religiosa perspetivando as vantagens da diversidade na cidade.

## Capítulo VI – Conclusão

Esta investigação analisou a defesa da interculturalidade, a promoção e a sua execução no território municipal. O território em estudo é o município de Lisboa, onde se examinou a questão de se fazer um município intercultural. Procurou-se perceber de onde é oriunda a intenção de se fazer uma Lisboa intercultural; quais foram as fases e caminhos desta intenção até ser consubstanciada no território lisboeta; e identificar aspetos que possam ser melhorados no processamento da interculturalidade no município.

A primeira parte deste trabalho incidiu sobre o enquadramento teórico, no qual foi aclarado em que consiste a interculturalidade, como apareceu a interculturalidade, e qual a sua diferença em relação aos principais modelos de integração, servindo de aprofundamento para o leitor e estando resumida nesta parte a interculturalidade como um modelo que pretende a interação, o convívio, o respeito entre as diferentes etnias, culturas e religiões.

Após o enquadramento concetual, o foco prendeu-se com a interculturalidade na CML, de modo a perceber primeiramente o surgimento da interculturalidade na esfera da autarquia municipal, a estrutura funcional dos gabinetes que trabalham a interculturalidade na CML, assim como a governança multinível na sua operacionalização. Esta fase da investigação já estava interligada com a resposta à questão de partida, por dar a ver como é processado o interculturalismo, onde é exposto, de onde surge e onde se executa, assim como os seus mecanismos. A ilustração das evidências que permitem responder à questão de partida é por último apresentada com 3 iniciativas, demonstrando passo a passo a materialização da interculturalidade no território.

Assim, no Mercado das Culturas vê-se que uma das fórmulas que a CML utiliza para o processo de implementação da interculturalidade é o financiamento para criação de infraestruturas de teor intercultural. Na Vígilia para a Paz vê-se outro método de implementação em que a câmara surge como entidade parceira, fornecendo apoio técnico e facultando os serviços necessários para a realização da iniciativa apresentada por uma outra entidade. No Fórum da Interculturalidade vê-se um método distinto, em que a CML é a criadora da iniciativa, agregando para esta iniciativa elementos chaves com a intenção de celebrar e exaltar a interculturalidade aos munícipes.

Além da descrição de como é operacionalizada a interculturalidade na CML, este relatório procurou igualmente iluminar 3 questões relacionadas com a questão de investigação. São elas a questão de saber se o interculturalismo defendido pela CML se enquadra realmente no conceito de interculturalismo; de entender a governança multinível da interculturalidade até ser materializada no território; e de entender a função dos vários componentes (gabinetes/núcleos) ligados à interculturalidade na CML.

### *Dificuldades e Questões a reter*

No decorrer desta investigação, as principais dificuldades encontradas foram a questão da imprecisão da história da interculturalidade na CML. Como a interculturalidade começou a ser formalmente tratada na câmara apenas nos anos mais recentes, encontrar documentos ou pessoas que explicassem ao pormenor os primórdios da interculturalidade na CML não foi possível. Relacionada, outra dificuldade foi o facto de não haver assessor da vereação enquanto fazia esta investigação e não se ter conseguido marcar uma entrevista com o anterior assessor da interculturalidade, o que teria acrescentado mais informação sobre o processo da interculturalidade. No entanto, tentou-se ultrapassar estas adversidades através de um esforço de pesquisa redobrado.

Uma das peculiaridades deste trabalho foi a utilização do método de shadowing, método que até esta investigação era de desconhecimento do investigador, e que como tal foi um desafio desenvolver. A necessidade de se fazer o shadowing partiu do entendimento da importância do papel da vereação na operacionalização da interculturalidade, e julgou-se portanto crucial acompanhar por dentro o trabalho diário da vereação com foco na interculturalidade, apontando informações relevantes para as perguntas de pesquisa em primeira mão.

Possibilitou responder e dominar as questões que foram sendo levantadas: Qual é o trabalho/função diário(a) da vereação do DDS ? ; Que papel tem a vereação na operacionalização da interculturalidade em Lisboa? Quais os núcleos do Departamento dos Direitos Sociais (DDS) que mais têm requerido ao orçamento anual? O núcleo da interculturalidade dispõe de muito/pouco apoio financeiro em relação aos outros? Porquê? Quais as maiores dificuldades na operacionalização da interculturalidade, segundo a vereação? A estrutura atual do DDS tem operacionalizado bem a

interculturalidade em Lisboa, segundo a vereação? O que mudariam? Quais as diferenças que esta vereação trouxe em relação à anterior na operacionalização da interculturalidade em Lisboa?

Esta metodologia não só serviu para perceber e dominar de forma holística a vereação dos Direitos Sociais, como deu mais rigor ao leque metodológico deste relatório, desenvolvendo um método que não é tão comum no âmbito da investigação que esta se insere.

### *O trabalho do estágio*

Fazendo um balanço verdadeiramente final, considero o meu desempenho e objetivos do estágio conseguidos, tendo, julgo, demonstrado: capacidade de inserção nos grupos de trabalho; capacidade de iniciativa; e assunção de responsabilidades. Esta oportunidade de ingressar num ambiente laboral e numa equipa de técnicos profissionais de áreas do meu interesse de estudo foi uma experiência pioneira para mim, com um grande contributo a nível pessoal, no que concerne à adaptação na dinâmica do meio de trabalho dos técnicos superiores, algo que até a este estágio desconhecia.

Por outro lado, possibilitou-me a nível de formação académica ter acesso a informações cruciais para a minha investigação final, por meio de participação nos projetos e observação diária. Pude consolidar o entendimento sobre se o interculturalismo defendido pela C.M.L se enquadra realmente no conceito de interculturalismo; a capacidade de entendimento da governança multinível da interculturalidade até ser materializada no território; e capacidade de entendimento do trabalho/função dos vários componentes (gabinetes/núcleos) ligados a interculturalidade na CML.

Indispensavelmente tenho a agradecer as condições facultadas pelo DDS e a receção de todas as equipas em que fiz trabalho presencial, dando-me sempre boas condições para elaborar as tarefas e criando sempre um ambiente que me propiciou a inserir-me na equipa de trabalho e aprender de um modo profundo, não só como é trabalhada a questão da interculturalidade mas o processamento em geral da CML perante as variadas causas sociais trabalhadas no departamento, deixando-me esta

experiência com um querer e motivação de ingressar profissionalmente numa carreira de técnico superior numa vertente de planeamento e desenvolvimento social, com intuito de contribuir para um território com melhor qualidade e coesão social.

## Referências Bibliográficas

- AMI - Assistência Médica Internacional. (2007). *Portugal - Da emigração à imigração*. Lisboa: AMI .
- Bouchard, G. (2011). “What Is Interculturalism?”. *McGill Law Journal - Revue de Droit De McGill*. 56 , 2, pp. 435-68.
- Carreira, T. (2008). *Educatio – Novos desafios – Sociologia da Escola*. Lisboa: Editorial Minerva.
- CML-Câmara Municipal de Lisboa. (2013). *Programa de Governo da Cidade de Lisboa*. Disponível em : <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/programa> [Acesso em: 25/2/2017].
- CML-Câmara Municipal de Lisboa. (2015). *Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes*. Lisboa
- CML-Câmara Municipal de Lisboa. (2014). *Plano de Ação dos Direitos Sociais 2014-2017*. Disponível em: <http://lisboasolidaria.cm-lisboa.pt/documentos/1422547210W1vZN0ou3Wu74CY0.pdf> [Acesso em: 10/2/2017].
- Conselho da Europa. (2008). *Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural “Viver Juntos em Igual Dignidade”*. Strasbourg.
- Colin, A. (1985). *Les Enquêtes Sociolegues – Théories et pratique*. Lisboa: Celta Editora.
- Damázio, E. (2008). Multiculturalismo versus Interculturalismo: por uma proposta intercultural do Direito. *Desenvolvimento em Questão*, 6, 12, pp. 63-86
- Diário da República . (2015). *Organização dos Serviços Municipais. Departamento para os Direitos Sociais – Câmara Municipal de Lisboa*.
- Dionísio, E. (2007). *Políticas Locais e Ação Coletiva dos Imigrantes da Europa de Leste no Concelho de Lisboa*. Lisboa: ACIDI.
- Meer, N. & Moodod, T. (2012). How does Interculturalism contrast with Multiculturalism ? *Journal of Interculturalism Studies*, 33, 2, pp. 175-197
- Faluidi, A. (2012). Multi-level (Territorial) Governance: Three Criticisms. *Planning Theory & Practice*. 13, pp. 197-211

- Gilliat-Ray, S. (2011). 'Being there': the experience of shadowing a British Muslim Hospital chaplain. *Qualitative Research*, 11(5), 469-486.
- Gloor, L. (2006). From the Melting Pot to the Tossed Salad Metaphor: Why Coercive Assimilation Lacks the Flavors Americans Crave. *Hohonu: a Journal of Academic Writing*, 4, 1, pp. 29-32.
- Kymlicka, W. (2003). "Canadian Multiculturalism in Historical and Comparative Perspective: Is /Canada Unique?". *Forum Constitutional*. 13, 1 & 2, pp. 1-8
- Liotard, J. (1979) . *La Condition Postmoderne*. França: Editions de Minuit
- M. Madeira (1996) *Coesão Social e Acção Social*. (Comunicação apresentada na comemoração do Dia da Segurança Social, em 8 de Maio de 1996). Direcção-Geral da Acção Social. Lisboa
- Malheiros, J. (2011). *Promoção da interculturalidade e da Integração de Proximidade - Manual para técnicos*. Lisboa: ACIDI .
- McDonald, S. (2005). Studying actions in context: a qualitative shadowing method for organizational research. *Qualitative research*, 5(4), 455-473.
- McLuhan, M. (1964). *Understanding Media: The extension of Man*. Toronto: McGraw-Hill.
- Neumannova, R. (2007). *Multiculturalism and cultural diversity in modern nation state*. Paper presented at the University of Economics, Prague.
- Niessen, J. & Huddleston, T. & Citron, L. (2007). *Migrant Integration Policy Index*. British Council and Migration Policy Group
- Oliveira e Costa, J. & Lacerda, T. (2007). *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*. Lisboa: ACIME.
- Oliveira, N. (2017). Do multiculturalismo ao interculturalidade. Um novo modo de incorporação da diversidade cultural. *Revista Ambivalências*. 5, 9 , pp 10-35.
- Oliveira, N & Padilla, B. (2017). Integrating superdiversity in local governance. The case of Lisbon's inner-city. *Policy and Politics*, 45(4): 605-622.
- Pires, R. (2012). O problema da integração. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 21 , pp. 55-87.
- Quinlan, E. (2008). Conspicuous invisibility: Shadowing as a data collection strategy. *Qualitative Inquiry*, 14(8), 1480-1499.
- Rafoni, B. (2003). La recherche interculturelle. *État des lieux en France*. 4, pp. 13-26.

- Ramos, N. (2007). “Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. 41, 3 , pp. 223-244.
- Ramos, N. (2013). *Interculturalidade (s) e Mobilidade (s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas*. Faculdade Letras Universidade do Porto. Pp 343-360.
- Rocha-Trindade, M. (1993). *Perspetivas sociológicas da interculturalidade*. Universidade Aberta. 28, pp. 869-878.
- Salgueiro, T. (1998). Cidade Pós-moderna: Espaço fragmentado. *Revista Território*, 4, pp. 40-53.
- SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2015). *Estrangeiros residentes em: Lisboa*. Disponível em : <http://sefstat.sef.pt/Lisboa.aspx> [Acesso em: 10/1/2017].
- Seyferth, G. (2000). As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. *Horiz. antropol.* 6, 14, pp. 143-176 .
- Sousa Santos, B. (1997). Por uma Conceção Multicultural dos Direitos Humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº 48, Junho de 2007.
- Wood, P. & Landry, C. (2008). *The Intercultural City. Planing for Diversity Advantage*. London : Earthscan.
- Zapata-Barreto, R. (2016). “Exploring the foundations of the intercultural policy paradigm: a comprehensive approach”. *Identities : Global Studies in Culture and Power*, 23, 2, pp. 155-173
- Zapata-Barreto, R. (2015). *Interculturalism in Cities: Concept, Policy and Implementation*. Cheltenham: EdwardElgar

## **Anexos**

### **Anexo I**

#### **Notas diárias do Shadowing**

Dia 11 de Janeiro:

Após conversas de negociação com a vereação do Pelouro dos Direitos Sociais por via de correio eletrónico e telemóvel que começaram no mês de Dezembro, ficou estipulado por ambas as partes um encontro mais formal e presencial no dia 11 de Janeiro, de modo a apresentar a proposta de investigação e saber o parecer da vereação face à mesma. Com isso fui recebido pela manhã no gabinete da vereação, propriamente pela chefe de gabinete, que primeiramente apresentou-me as instalações do edifício que é composto por duas vereações (Direitos Sociais/ Habitação e Desenvolvimento Local). Posteriormente a chefe de gabinete apresentou-me a equipa da vereação dos Direitos Sociais, composta por secretárias, assessores e motorista. Por intermédio de uma conversa (formato de reunião) idealizada pela chefe de gabinete, que contou com a presença do investigador, os assessores dos vários eixos de intervenção e a secretária pessoal do vereador, dialogou-se sobre os objetivos e pretensões do investigador, em que depois de uns 30 minutos de diálogo o parecer de todos foi positivo quanto a investigação, ficando acertado que seria mais benéfico para o investigador ter um calendário com reuniões, atividades, representações e até tempo para diálogo com o vereador ou os assessores. Assim o período de shadowing ficou negociado em (11 dias úteis) começando a qualquer hora da manhã (mediante o calendário), terminando num máximo as 18 horas por motivos pessoais do investigador, ficando a cargo da chefe de gabinete redigir o calendário do investigador, conciliando tudo o que fosse do interesse da investigação (assuntos da interculturalidade prioritariamente) e tudo o que ajudasse a perceber a função da vereação na operação da interculturalidade, calendarizando assim estes 11 dias úteis em consonância com a agenda do vereador e dos assessores.

Passando esta fase de negociação com a vereação do Pelouro dos Direitos Sociais, foi combinado que no mesmo dia o calendário seria feito pela chefe de gabinete.

Dia 12 de Janeiro:

Foi-me apresentado o calendário do “sombreamento” a vereação, sendo depois questionado pela chefe de gabinete se vai de acordo com as aspirações da investigação e se serviria de ajuda o tal calendário, de referir que da minha parte houve total satisfação com as atividades, reuniões, seminários que iria sombrear da vereação. Resolvida assim a questão do calendário, no mesmo dia continuei com a introdução de perceção do papel da vereação, lendo o Plano de Ação que me foi solicitado por um assessor, referindo que para perceber a função e papel da vereação dos Direitos Sociais, era imprescindível começar a perceber o Plano de Ação 2014-2017, que é o documento oficial da vereação sobre as suas orientações ao longo do mandato ou seja as diretrizes que a Câmara Municipal de Lisboa vai adotar na vertente social, encabeçada pelo Pelouro. O plano que compõe-se em 3 eixos (Participação, Coesão e Intervenção) e 15 áreas de ação, sendo elas: a Cidadania; os Direitos Humanos; a Economia Social e Inovação; a Qualidade de Vida e Saúde; a Gestão, Planeamento e Cooperação Transversal. Na área da coesão: a Juventude; Igualdade de Género; Deficiência; Diálogo Intercultural e Inter-religioso; Orientação Sexual e Identidade de Género; Envelhecimento Ativo. E na Intervenção inserem-se áreas como: a Infância; Famílias; Pessoas Sem-abrigo; e a Acessibilidade Pedonal.

Participação	Coesão	Intervenção
Área 1: Cidadania	Área 6: Juventude	Área 12: Infância
Área 2: Direitos Humanos	Área 7: Igualdade de Género	Área 13: Famílias
Área 3: Economia e Inovação Social	Área 8: Deficiência	Área 14: Pessoas Sem-Abrigo
Área 4: Qualidade de Vida e Saúde	Área 9: Dialogo Intercultural e Inter-religioso	Área 15: Acessibilidade Pedonal
Área 5: Gestão, Planeamento e Cooperação Transversal	Área 10: Orientação Sexual e Identidade de Género	
	Área 11: Envelhecimento Ativo	

Figura 8: Eixos e áreas do Plano de Ação dos Direitos Sociais 2014-2017. Elaboração própria.

Após o enquadramento do Plano de Ação e perceção da estratégia e temáticas que o município pretende socialmente no mandato de 2014 à 2017, surge em conversa corrente proveniente de questionamento pelo mesmo assessor se percebo quem traz estas políticas e quem as passará do abstrato ao concreto, eu (investigador) ainda pouco dentro do assunto, desconhecia. Explicando-me o assessor que primeiramente esta é a função da vereação do Pelouro Dos Direitos Sociais, é trazer a política, o Plano de Ação a ser executado durante o mandato pelos técnicos (nesta caso os do Departamento dos Direitos Sociais), mas não é apenas fazer o plano e deixar os técnicos pôr em prática, mais do que isso é fazer a logística, e parcerias para executar este plano de ação de uma forma eficaz. Assim neste dia comecei a compreender o que é a função de uma vereação e o seu funcionamento (concretamente a do Pelouro em estudo). Que sucintamente é composta pelo vereador (representante político dos Direitos Sociais na CML) e a sua equipa de apoio (assessores, secretários), que diariamente unem esforços para cumprir este plano de ação com os seus parceiros e técnicos da câmara.

Dia 13 de Janeiro:

Os 2 primeiros dias de shadowing focaram-se na perceção da primeira questão, qual é o trabalho/função diário(a) da vereação do DDS ? No dia 13 de Janeiro começa-se o cumprimento do calendário logo pela manhã. O investigador faz o sombreamento ao vereador na companhia da chefe de gabinete na conferência internacional, “ III<sup>a</sup> CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO FÓRUM PARA A GOVERNAÇÃO INTEGRADA: "COLABORAR: MISSÃO IMPOSSÍVEL?", Com objetivo de: Contribuir para a gestão mais eficaz e eficiente de problemas sociais complexos através de modelos de governação integrada, baseados em relações interorganizacionais de colaboração. Numa conferência em que o vereador foi com o papel de representação da Câmara Municipal de Lisboa, anotando o investigador que uma das funções diárias do vereador é também o papel de representar a câmara em fóruns, conferências, protocolos mediante a vertente de mandato da sua vereação, neste caso (Direitos Sociais), recapitulando que a conferência visa mitigar os “problemas sociais complexos através de modelos de governação integrada, baseados em relações interorganizacionais de colaboração”, sendo que o papel de fazer as parcerias e interação com outras entidades para a execução do plano de ação é tarefa da vereação. Após a parte da manhã da conferência a investigação prosseguiu no gabinete da vereação onde por intermédio de observação direta da execução do trabalho dos assessores, em que dos 4 assessores presentes naquele período do dia combinavam reuniões, iniciativas, articulavam o trabalho com os parceiros e as técnicas do departamento e organizavam despachos das suas áreas para a assinatura do vereador.

Continua a investigação, questionando os assessores das diferentes áreas de ação de modo a completar o raciocínio da tarefa diária da vereação, os 4 assessores expuseram uma resposta unânime com base na defesa que a vereação é a representação e diretriz política da Câmara e órgão que deve articular estas diretrizes para terem uma boa prática e proporcionar um bom serviço social ao município.

O trabalho de observação e presença no seio da vereação, possibilitou perfeitamente nestes 2 dias iniciais, entender rapidamente o trabalho e função diária de uma vereação e começar a perceber o objetivo central do shadowing.

Dia 16 de Janeiro:

Já com um esboço do papel da vereação na interculturalidade por intermédio das anotações feitas nos dias anteriores quanto a primeira questão (qual é a função diária da vereação), que deu bases de compreensão no assunto do papel da vereação na operacionalização da interculturalidade, sendo que o papel da vereação é trazer as orientações que estão descritas no Plano de Ação e articular com parceiros e técnicos de modo a trazer os princípios interculturais a cidade, assim promovendo o diálogo intercultural e inter-religioso, dotando o município acima de tudo com respeito pelas diferenças étnicas, culturais e religiosas.

Com foco nas questões interculturais acima descritas, no dia 16 de Janeiro, é feito shadowing particular a um dos assessores, que é o assessor responsável por projetos como a Festa da Diversidade e o Modo Portátil – Cidadania em ação. O dia foi marcado pela investigação feita em reunião na Junta de freguesia de São Domingos de Benfica sobre a iniciativa Modo Portátil-Cidadania em ação, na presença de um representante técnico do DDS, o assessor do vereador, um representante da associação Sons da Lusofonia e um representante da Junta de Freguesia de São Domingos do Benfica. O projeto Modo Portátil-Cidadania em ação é um projeto de atividades artísticas como a música, teatro, expressão dramática, artes plásticas entre outras expressões de arte, que surge de um protocolo da vereação com a associação Sons da Lusofonia que já fazia projetos de inclusão pela arte em vários territórios da cidade e esta iniciativa e protocolo com a CML de acordo com os participantes na reunião e concretamente o assessor, este projeto tem com vista através da arte criar espaços pluridisciplinares e intergeracionais assim como promover dinâmicas sociais assentes na criatividade, na partilha e na liberdade, envolvendo indivíduos, grupos informais e agentes formais do território. O desenrolar da reunião aprofundou e materializou o conhecimento do papel da vereação na operacionalização da interculturalidade, observando diretamente como a vereação trabalha os assuntos da interculturalidade, onde o assessor juntamente com os presentes fizeram um brainstorming para

inicialmente obter mais parceiros locais (associações) para a iniciativa chegar a um maior número de pessoas, ficando a cargo do assessor tratar de toda a parte burocrática no que concerne espaços e comparticipação financeira, assim levar informações relevantes ao vereador de modo a dar autorizações de verbas ou disponibilizar espaços da tutela da câmara para a organização do projeto. Esta observação direta foi até um exemplo de como se operacionaliza a interculturalidade no município de Lisboa, explicitando também que o papel da vereação além de trazer as diretrizes e políticas a serem executadas (com plano de ação), diretamente percebeu-se também que a vereação tem a tarefa de mediar e apoiar o trabalho dos técnicos do núcleo da interculturalidade com os parceiros sejam órgãos estatais ou associações locais, de modo a vincar no território iniciativas que mostrem um município que pelo menos aposta no diálogo intercultural.

Dia 17 de Janeiro:

A investigação prossegue neste dia com assuntos que não foram precisamente de cariz intercultural, mas o trabalho é feito em duas reuniões que foram ambas benéficas para aprofundar a importância da vereação na esfera dos problemas sociais em Lisboa. Começando a investigação neste dia à assistir uma reunião do Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária (GABIP) Almirante Reis, acompanhando um dos assessores a uma reunião com um representante da Fundação Agha Kan e um representante da Junta de Freguesia de Arroios, onde fez-se um balanço do trabalho feito em 2016, das aspirações e pretensões no prisma do envelhecimento ativo e desemprego naquele eixo da cidade, sendo uma reunião curta apenas de reflexão. No período da tarde uma outra reunião na Sociedade Portuguesa de Medicina Interna (SPMI) com os seus membros, na presença da chefe de Divisão da Participação e Cidadania do DDS, e na presença de um assessor do vereador, numa reunião inicial em que o SPMI apresenta uma proposta sobre a “Festa da Saúde” com o parecer positivo do representante da vereação por ser uma iniciativa de interesse municipal, e mais uma vez a Câmara disponibiliza-se inicialmente a auxiliar com fornecimento de espaço e material como (tendas, cadeiras) para a organização desta iniciativa.

As duas reuniões embora não sejam do foco central da investigação foram de alguma importância no conhecimento do pragmatismo e presença da vereação nas

outras causas sociais (qualidade de vida, saúde e exclusão social), uma vez que constatei presencialmente que os membros da vereação tratam cada assunto do plano de ação com preocupação e ao pormenor e pretendem sempre em primeira instância ouvir iniciativas de entidades, associações e organizações, apoiando as que no seu parecer têm interesse municipal. A última reunião salientou-me uma curiosidade pertinente que não tinha tido antes, que foi o poder de decisão da vereação nas medidas e projetos na cidade, pois pelo que observei uma iniciativa com o parecer negativo da vereação mesmo que com o parecer positivo dos técnicos do departamento não tem grandes alicerces para se concretizar, então suscitou-me o raciocínio válido de que a vereação é o grupo de maior poder e decisão na operacionalização da interculturalidade na CML, pois sem a sua decisão a operacionalização das iniciativas não avançam na instituição.

Dia 18 de Janeiro:

As notas a reter neste dia são o acompanhamento ao longo do dia ao vereador, começando no gabinete, onde o vereador tirou a manhã para responder emails e assinar despachos. Aproveitou-se para uma conversa mais formal sobre quem sou, o que estudo e o que pretendo, do género de entrevista exploratória, dando a conhecer ao vereador o tipo de investigação que estou a fazer, os objetivos, e questões a responder, tendo da parte dele elogios face ao método de investigação (afirmando que nunca tinha ouvido falar e parece-lhe produtivo considerando ser um método que desconhecia, mas ótimo para perceber como funciona um órgão), posteriormente ciente das minhas questões o vereador explica que primeiramente o seu papel na interculturalidade antes de mais é fazer com que o assunto da interculturalidade entre na dimensão política da cidade, que seja um assunto discutido, refletido, e esteja indispensavelmente na política como qualquer outro assunto, só então depois de a interculturalidade estar patente também na esfera política é que surge o processo de materialização do diálogo intercultural no município que é o trabalho diário da vereação e dos técnicos. Em seguida para ajudar-me melhor nas questões ambos acharam propício o vereador ficar com um exemplar do guião do processo shadowing (onde estão as 6 questões), e marcou-se para nos dias finais do shadowing uma entrevista (data que ficou por confirmar consoante a agenda do vereador) uma conversa sem pressa e mais a vontade, em que conversaríamos das questões mais ao detalhe, em suma uma entrevista.

No período da tarde assisti a uma reunião na Assembleia Municipal de Lisboa sobre a Rede Social Lisboa, que é uma plataforma obrigatória por lei em cada município

do país, a de Lisboa conta com 367 entidades compostas por: ONGs, associações, juntas de freguesia e fundações. Sob a coordenação dos principais parceiros que são a CML, o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa e a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, de realçar que o vereador é atualmente o presidente da Rede Social Lisboa, que neste dia apresentou e foi aprovado sem oposição de algum parceiro o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2017-2020. Assistindo a esta reunião conheci algo de novo, não tendo antes a ideia de que havia esta governação integrada no município de Lisboa, em que 367 entidades unem-se de modo a combater e mitigar os problemas sociais da cidade, e mais uma vez constatei coisas novas sobre a vereação atual, pois a vereação dos Direitos Sociais é o órgão que representa a CML nesta Rede Social e o vereador o presidente, o que dá mais ênfase no papel do vereador na interculturalidade em Lisboa, pois além de orientar a interculturalidade no Plano de Ação da câmara pode também dinamizar a interculturalidade através desta rede social com 367 parceiros, o que facilita um município intercultural.

Dia 19 de Janeiro:

Mais um dia de sombreamento, e cumprimento do calendário de investigação desta vez ao assessor responsável pela dinamização da área da Cidadania presente no Plano de Ação. O acompanhamento ao assessor foi a uma reunião na sala de reuniões do edifício da CML no Campo Grande, encontro este com intuição da organização do 4º Fórum da Cidadania marcado para o ano 2017, à semelhança dos últimos 4 anos é promovido num período anual um espaço de reflexão para todos os interessados do município, onde o assunto central é a melhoria da intervenção nos assuntos de cidadania no município, identificando os problemas, debatê-los e cooperar em soluções para mitiga-los. A reunião com a presença da chefe de divisão da Participação e Cidadania do DDS, na presença também de representantes do CES – Centro de Estudos Sociais/ Observatório Sobre as Crises e Alternativas de Lisboa, mais uma vez foi um exemplo de como são processadas as iniciativas sociais na CML, desta vez um projeto de iniciativa própria da CML, desenrolando-se na presença de um elemento técnico do DDS, um membro da vereação a acompanhar e mais uma vez uma entidade parceira (CES), de salientar que na organização do Fórum haverá presença confirmada de associações locais com interesse no tema da cidadania. Depois da reunião, em diálogo com o assessor no caminho para o gabinete da vereação, questiono-o sobre como é processada

as iniciativas na CML, com os apontamentos que tirei das iniciativas anteriores e de que observei desta, anotando eu que embora sejam temas diferentes a composição das reuniões preliminares para concretizar as iniciativas não alteram muito, uma vez que as negociações iniciais são pelo que constatei com a presença de um elemento da vereação, um elemento técnico do DDS e entidades parceiras ou não parceiras. Explanando o assessor em consonância com as minhas anotações, que o método de operacionalização das várias áreas de ação são semelhantes, pois os assessores da vereação e os técnicos do DDS trabalham em sintonia em cada tema, e procuram sempre parceiros locais para a uma melhor implementação das iniciativas, sendo iniciativa da CML ou iniciativa de uma entidade é importante a cooperação com o maior número de parceiros locais possíveis (preferência no município de Lisboa) de modo as iniciativas, medidas cheguem a mais munícipes.

Dia 20 de Janeiro:

Neste dia de investigação considerei satisfatórias as informações já recolhidas sobre as duas primeiras questões abertas: Qual é o trabalho/função diário(a) da vereação do DDS; Que papel tem a vereação na operacionalização da interculturalidade em Lisboa. Encerra-se assim as questões 1 e 2 que foram respondidas por observação direta e diálogo ao longo dos dias do shadowing com o vereador e os assessores, com isto faltam responder 4 questões que com observação direta não se darão as respostas uma vez que são de opinião da vereação e no caso da questão 3, que é do orçamento anual gasto na interculturalidade face a outros núcleos, só é possível a resposta com consulta de dados ou informações dadas pelo vereador. Contudo as observações diretas continuam até de modo a acompanhar o proposto no calendário mas as próximas questões serão respondidas por intermédio de conversas e entrevistas, questões como: Quais os núcleos do Departamento dos Direitos Sociais (DDS) que mais têm requerido ao orçamento anual? O núcleo da interculturalidade dispõe de muito/pouco apoio financeiro em relação aos outros; Quais as maiores dificuldades na operacionalização da interculturalidade, segundo a vereação; A estrutura atual do DDS tem operacionalizado bem a interculturalidade em Lisboa, segundo a vereação; Quais as mudanças/iniciativas ou seja diferenças trouxe esta vereação em relação a anterior na operacionalização da interculturalidade em Lisboa.

Então seguindo as atividades da agenda, o dia foi de sombreamento ao vereador na assinatura de um protocolo no Centro de Acolhimento do Beato, entre a CML e a empresa Prio Energy com a presença do Presidente da República, um protocolo que pretende que as instalações do centro de acolhimento fossem dotadas de aquecedores, esquentadores e outros equipamentos mais modernos, com intuito de dar um melhor acolhimento aos refugiados. Acompanhou-se assim a assinatura do protocolo pelo vereador e os administradores da Prio, sendo assinalável mais um ato que irá fornecer um melhor serviço social ao município concedido pela vereação. A seguir a assinatura do protocolo dispus de cerca de uma hora a conversa com o vereador (já no gabinete), onde ele quis saber como está a correr a investigação e se tenho conseguido encontrar o que pretendia, obtendo uma resposta positiva da minha parte, explicando eu o que fiz (relatei que já tinha a ideia da função de uma vereação e o papel que a vereação tem na operacionalização do DDS e as questões que faltavam-me ter pelo menos uma básica ideia), com isso questiono-lhe sobre a questão 3 das questões abertas. O vereador defende que não há dados oficiais quanto ao orçamento que os núcleos gastam nem são contabilizadas contas a esta escala, ficando no orçamento da câmara as despesas anuais a uma escala de departamentos e não divisões nem núcleos mas que segundo ele sabe e afirma a nível pessoal, o núcleo da interculturalidade insere-se nos 3 que mais gastam no orçamento do DDS anualmente. Afirma o vereador, que a par das questões dos refugiados, o Fundo de Emergência Social de Lisboa (FES), e a interculturalidade são as que mais gastam do orçamento, não havendo uma certeza de quanto gasta cada uma mas que estas 3 áreas juntas são as que pesam mais no orçamento anual do DDS. Com isso percebi que não será possível ter acesso a informação exata do investimento da interculturalidade face as outras questões sociais do município, mas consegui ter ideia do investimento da CML na interculturalidade face as outras causas sociais neste mandato atual do vereador .

Dia 21 de Janeiro:

Neste dia o shadowing teve lugar o dia todo no escritório do vereador, diferente dos outros dias de investigação que assisti a reuniões entre a vereação, técnicos, outras entidades ou representações do vereador. Desta vez acompanhei o desenrolar de reuniões mais informais no escritório do vereador, em que ele tira o dia no seu gabinete para conversar presencialmente com entidades que manifestam o desejo de comunicar

com o vereador. O dia começou com uma reunião entre o vereador e os seus assessores, uma reunião que os membros da vereação fazem regularmente com intuito de explanarem o trabalho executado nas suas respetivas áreas, diagnosticando algumas falhas e dificuldades nas ações das suas áreas, reunião esta que me seria vantajosa em alguns pormenores da dificuldade da operacionalização da interculturalidade se a vereação tivesse no momento o assessor do vereador para as questões interculturais, lembrando que o novo assessor da interculturalidade para colmatar a saída do anterior no período da investigação estava em fase de transição para este posto de trabalho. A receção do vereador as entidades que manifestaram interesse em falar com ele pessoalmente começa com uma reunião com representantes da APEDV - Associação Promotora de Emprego a Deficientes Visuais, que mostraram o seus projetos para este ano e pretendiam apoio da CML em alguns deles, posteriormente foi um encontro no mesmo local com responsáveis pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do concelho de Lisboa que pretendiam do vereador a ajuda de técnicos Superiores do DDS para ajudar no trabalho do CPCJ porque eram muitos poucos técnicos para a quantidade de trabalho que faz-se no CPCJ Lisboa (norte) e a CML é parceira do CPCJ. No final destas duas reuniões enquanto esperava-se pela associação Casa do Brasil de Lisboa, o vereador ciente das minhas dúvidas sobre a operacionalização da interculturalidade em Lisboa convidou-me a dialogar sobre os assuntos que eu tinha dúvida enquanto não chegava a associação Casa do Brasil, falamos então sobre as maiores dificuldades na operacionalização da interculturalidade na ótica do vereador, que identificou duas falhas que condicionam uma melhor operacionalização, sendo a falha da CML em lidar com a interculturalidade de forma uniforme como instituição e não apenas a interculturalidade ser defendida no núcleo da interculturalidade recitando que a CML deve ter uma postura idêntica entre todos os departamentos no que diz a interculturalidade, o vereador aponta também um precário tecido associativo que muitas das vezes não sabem a política que a CML defende, a falta de entidades parceiras com mais força e um maior trabalho integrado e conjunto entre todos os parceiros. Com estes 10/15 minutos de conversa conseguiu-se ter o ponto de vista sobre as maiores dificuldades na operacionalização da interculturalidade na CML, segundo o vereador.

22 de Janeiro:

Este foi o último dia das atividades do calendário proposto pela chefe de gabinete e ficou marcado para este último dia fazer um levantamento final (entrevista

exploratória) a um assessor e ao vereador, a entrevista tinha como guião as questões a responder pelo shadowing o que possibilitava acima de tudo ter todas as questões respondidas e saber mais detalhadamente o parecer dos dois entrevistados sobre as questões, focado preferencialmente em levantar as duas últimas questões: A estrutura atual do DDS tem operacionalizado bem a interculturalidade em Lisboa, segundo a vereação? O que mudariam? Quais as mudanças/iniciativas ou seja diferenças trouxe esta vereação em relação a anterior na operacionalização da interculturalidade em Lisboa. Questões que ainda não foram dialogadas sobre elas com nenhum membro da vereação, primeiramente foi entrevistado o assessor, de referir que as entrevistas foram gravadas e mais tarde serão transcritas, e as anotações feitas foram às palavras que prendem-se na resolução das duas últimas questões, de modo a acabar a investigação com pelo menos um esboço de cada questão de investigação. Então em entrevista, o assessor explicita que a estrutura atual do DDS deveria ter algumas melhorias para uma melhor execução da interculturalidade, no seu ponto de vista as associações e outras entidades ficavam mais com a parte do terreno e a CML como órgão de apoio e um método de saberem as políticas que se pretende concretizar na cidade, sendo o assessor breve em assuntos da interculturalidade por não ser a sua área de domínio nem de trabalho. Na outra questão o assessor mais uma vez não consegue formalizar a questão da interculturalidade em relação a ideias novas desta vereação em relação a outra, com isso ele dá a sua opinião em entrevista do que acha que em geral esta vereação trouxe de novo em relação a anterior, apontando então a uma maior preocupação em áreas sociais como a igualdade de género, violência domestica, afirmando que estão explícitas hoje em dia nas áreas de ação e ações do departamento o que antes não se via. Consequente o levantamento final das questões é feito ao vereador no seu gabinete, gravando a entrevista e tirando notas apenas das duas últimas questões, o defendido pelo vereador converge com o já dito pelo assessor, expressando o vereador que a atual estrutura do DDS ainda é uma estrutura muito hierárquica e de prestação de serviços e neste momento deveria trabalhar mais como gestor de projetos e ser mediador das políticas nos parceiros locais e neste prisma operacionalizava-se melhor a interculturalidade, o vereador aponta também que mudaria na estrutura atual a composição dos técnicos do DDS, dizendo que em vez de haver 3 divisões era preferível ter vários núcleos mais pequenos com mais capacidade técnica e mais autonomia de ação e com mais conhecimento no ponto de vista técnico da área específica, achando ele que tornaria o processamento da interculturalidade mais eficaz do que é. No aspeto de mudanças entre

esta vereação e a anterior nos assuntos interculturais o vereador destacou no seu mandato o Plano de Ação para os Direitos Sociais com 3 eixos em que uma das áreas de intervenção é o diálogo intercultural e inter-religioso, a criação do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa (PMIIL) que nunca existiu, a aposta no Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania (CMIC) com regularidade de 4 vezes por ano e no Fórum Municipal da Interculturalidade (FMINT).

Após finalizar as entrevistas o vereador convidou-me para dia 9 de Fevereiro assistir uma reunião pública de câmara, que foi algo que não consegui assistir no período da investigação mas que era bom o investigador assistir para conhecimento pessoal e ter uma ideia dos debates da câmara, e ficou então acertado que dia 9 de Fevereiro já com a investigação concluída eu iria assistir uma reunião pública de câmara que tem como foco os debates dos membros do mandato atual com membros da oposição, que salientou o vereador que num ano de eleições como é este ano, os debates são sempre muito interessantes.

## **Anexo II**

### **Processo de Shadowing**

**Período de Observação:** 11 de Janeiro de 2017 a 22 de Janeiro de 2017

**Alvo da Investigação:** Pelouro dos Direitos Sociais

**Objetivo:** Perceber o papel do vereador/vereação na operacionalização da interculturalidade no município de Lisboa

#### **Questões à responder com o Shadowing:**

- 1- Qual é o trabalho/função diário(a) da vereação do DDS ?
- 2- Que papel tem a vereação na operacionalização da interculturalidade em Lisboa?
- 3- Quais os núcleos do Departamento dos Direitos Sociais (DDS) que mais tem requerido ao orçamento anual? O núcleo da interculturalidade dispõe de muito/pouco apoio financeiro em relação aos outros? Porquê?
- 4- Quais as maiores dificuldades na operacionalização da interculturalidade, segundo a vereação?
- 5- A estrutura atual do DDS tem operacionalizado bem a interculturalidade em Lisboa, segundo a vereação? O que mudariam?
- 6 – Quais as mudanças/iniciativas ou seja diferenças trouxe esta vereação em relação a anterior na operacionalização da interculturalidade em Lisboa?

O processo de shadowing, feito na vereação dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa consistiu em uma observação direta durante 11 dias úteis no gabinete da vereação e reuniões de interesse da investigação. Inicialmente para a execução do shadowing procedeu-se a um processo de negociação com a chefe do gabinete da vereação do Pelouro dos Direitos Sociais, com intuito de saber o objetivo da investigação (de modo a dar o seu parecer quanto a possibilidade da mesma) e acertar as datas da execução do shadowing. A negociação foi extremamente acessível, onde a chefe de gabinete foi bastante disponível e acolhedora com o investigador, fazendo inclusive uma conciliação da data da investigação com o calendário das reuniões, eventos ou somente representação do vereador ou os seus assessores com assuntos de

relevância para investigação. Fez-se assim um calendário para estes 11 dias em que presencialmente o investigador acompanhou o vereador e assessores da vereação com intenção de perceber o papel do vereador/vereação na operacionalização da interculturalidade no município de Lisboa. Entre reuniões, assinaturas de protocolo, e representações redigiu-se as respostas às questões que enquadram este processo de shadowing.

O recurso ao shadowing possibilitou ter diretamente a resolução das dúvidas sobre a vereação, dispôs ao investigador um contacto direto com a vertente política da câmara municipal que até ao shadowing era desconhecido, acompanhando o seu trabalho diário, percebendo as políticas não só da interculturalidade, mas em suma como é processado os Direitos Sociais. A equipa da vereação foi cordial e facilitadora no diálogo com o investigador tentando sempre esclarecer as dúvidas e deixar o investigador à vontade a questionar por mais dúvidas, contudo foi um notável contributo para o sucesso deste método de investigação. A adversidade encontrada foi somente o facto de o assessor do vereador que trabalhava diretamente a interculturalidade ter saído da Câmara Municipal para a Comissão para Cidadania e Igualdade de Género (CIG) no mês de Janeiro, mas tal foi colmatada com o grau disponibilidade de todos os assessores e o vereador, que convidavam o investigador a fazer shadowing diário ao seus trabalhos, sempre que se tratava de algo de importância de percepção do papel da vereação na interculturalidade. Foram assim 11 dias benéficos e produtivos, onde além de concretizar o objetivo, o shadowing deu uma noção direta dos debates políticos para aprovação de medidas, deu uma noção da complexidade do trabalho de um vereador e até do presidente da Câmara Municipal, deu também acima de tudo um sentimento de enriquecimento de conhecimento ao investigador. O processo foi igualmente vantajoso na resolução da questão de partida, uma vez que esta observação e participação direta na vereação possibilitou estar presencialmente onde realmente começa a defesa e as diretrizes do assunto da interculturalidade em Lisboa.

Primeiramente o investigador foi convidado a ler o Plano de Ação do Pelouros dos Direitos Sociais de modo a introduzir-se na equipa e perceber o que cada um dos assessores trabalha diariamente, constatando através de uma observação direta como funciona organizacionalmente a vereação do Pelouro dos Direitos Sociais, funcionando com 9 assessores para as 15 áreas de intervenção do Plano de Ação, um assessor especialista na área do design e multimédia, uma jurista, uma chefe de gabinete e três

secretárias.

O foco da investigação prende-se então nas questões da interculturalidade: Que papel tem a vereação na operacionalização da interculturalidade em Lisboa? Quais as maiores dificuldades na operacionalização da interculturalidade, segundo a vereação? A estrutura atual do DDS tem operacionalizado bem a interculturalidade em Lisboa, segundo a vereação?

Respostas:

1- Qual é o trabalho/função diário(a) da vereação do DDS ?

Em concordância com recolhido na investigação, a função quotidiana da vereação do DDS primeiramente é a representação política dos Direitos Sociais, o vereador é o indivíduo que neste caso representa politicamente a autarquia de Lisboa em eventos, conferências, projetos, planos em termos de questões sociais. Assim além de representação política é o trazedor também da política a ser seguida no departamento, como é o caso concreto do Plano de Ação 2014-2017 que é a base de trabalho diário do técnico do DDS. O trabalho da vereação dos Direitos Sociais como defendido por um dos assessores prende-se então na definição de estratégias de situações urgentes ou a longo prazo, responsabilizar-se por opções de programas e ações que orientam estas estratégias, estabelecendo os instrumentos necessários para implementações destas estratégias dando resposta a gestão do quotidiano, outro elemento caracterizador da função da vereação é também servir como agregador das vontades e mediador para aproximar os interesses da cidade, de modo a servir o munícipe com um melhor serviço público, como viu-se em iniciativas de associações em que a vereação procura fazer a logística da iniciativa envolvendo os técnicos do DDS, os representantes de associações, com o assessor do vereador a acompanhar e apoiar a concretização da iniciativa, como foi visível nas notas do shadowing no projeto Modo portátil, onde “a iniciativa Modo Portátil-Cidadania em ação, na presença de um representante técnico do DDS, um membro da vereação, um representante da associação Sons da Lusofonia e um representante da Junta de Freguesia de São Domingos do Benfica” (Notas do Shadowing, 2017).

2- Que papel tem a vereação na operacionalização da interculturalidade em Lisboa?

Com base no Vereador, na operacionalização da interculturalidade a atual vereação tem três importantes papéis, primordialmente a visibilidade da questão da interculturalidade na esfera política, colocando o diálogo intercultural e inter-religioso no Plano Ação do seu mandato, afirmando politicamente a importância da interculturalidade no seu discurso e apelando a presença da interculturalidade visível no território com as medidas a serem feitas no Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa (PMIIL). Outro aspeto de vulto da importância da vereação é a definição da estratégia da interculturalidade que se quer fazer na cidade, as orientações que se pretendem implantar no município de Lisboa, que neste Plano de Ação é o diálogo entre as culturas e entre religiões que incidem no concelho de Lisboa, e mecanizar os instrumentos para materializar este objetivo. Por último como referido nas notas do shadowing “a vereação tem a tarefa de mediar, apoiar o trabalho dos técnicos do núcleo da interculturalidade com os parceiros sejam órgãos estatais ou associações locais, de modo a vincar no território iniciativas que mostrem um município que pelo menos aposta no diálogo intercultural” (Notas do Shadowing, 2017). A vereação tem um papel de articulador desta operacionalização, tentando unir os agentes para a operacionalização, agregando as vontades das associações, munícipes e fazer disso uma missão nesta operacionalização da interculturalidade, criando os meios e condições para operacionalizá-la, como foi anotado com o método shadowing.

- 3- Quais os núcleos do Departamento dos Direitos Sociais (DDS) que mais têm requerido ao orçamento anual? O núcleo da interculturalidade dispõe de muito/pouco apoio financeiro em relação aos outros? Porquê?

De acordo com a entrevista com o Vereador, quanto a esta questão não há dados oficiais de orçamento gasto pelos núcleos, estando disponível apenas por departamento e o DDS dispõe no ano 2017 de 18 milhões de euros, embora segundo informações recolhidas em investigação o núcleo ou as questões da interculturalidade tendo em conta o FMINT, o apoio aos parceiros da área da interculturalidade, pode afirmar-se que é uma área que tem muito apoio ao nível do

DDS. Assim juntando as questões da interculturalidade, os refugiados que têm bastante peso no orçamento devido o seu acolhimento em habitação e a logística toda para integrá-los no país, e o Fundo de Emergência Social (FES) que de acordo com a CML, é “ um apoio de natureza excepcional e temporário a atribuir a agregados familiares carenciados em situação de emergência habitacional grave e/ou situação de carência económica emergente, que residam no concelho de Lisboa”. Estas três causas em conjunto são as que têm mais apoio em termos de peso de investimento no DDS. Nos recentes anos o orçamento para o DDS tem sido relativamente baixo face aos outros departamentos, embora que este ano haja um maior investimento (18 milhões de euros), o maior deste mandato, dando noção que cada vez mais é preciso investir nos direitos sociais. Contudo a aposta na interculturalidade tem tido um aumento gradual em consonância com o aumento das verbas que dispõe o DDS, figurando no topo do orçamento anual o núcleo dos refugiados e interculturalidade, embora não haja uma hierarquia oficial dos núcleos do DDS que mais gastam mas sabe-se que o Fundo de Emergência Social, questões dos refugiados, interculturalidade são dos que estão no topo orçamental, recapitulo, apesar das informações dos orçamentos serem apenas oficiais a nível de Departamentos e não de núcleos.

- 4- Quais as maiores dificuldades na operacionalização da interculturalidade, segundo a vereação?

De acordo com a vereação, as maiores dificuldades na operacionalização da interculturalidade cingem-se em duas formas, numa interna dentro da autarquia que consiste na falta de postura idêntica entre os departamentos/serviços da CML perante a interculturalidade, considera-se importante todos os serviços trabalharem a dimensão da interculturalidade, o Pelouro da Educação, Habitação, Desporto, Planeamento territorial de forma uniforme e coesa a nível interno, o que não é o que se vê segundo a vereação, a interculturalidade é praticamente apenas defendida e trabalhada no no DDS e

deveria ser em mais serviços da CML, por exemplo a Habitação e o Planeamento Territorial são serviços que se tivessem uma postura mais assente de defesa da interculturalidade com certeza teria mais ênfase no município, transmitindo a importância a questão da interculturalidade vindo da CML para o exterior. A outra dificuldade é a nível transversal, que é apontada na fragilidade do tecido dos parceiros, um tecido associativo que considera-se ainda ser pouco sedimentado com parceiros associativos que muitas vezes não sabem bem a política da CML e a CML não sabe bem o que eles querem, pretende-se com isso parceiros com mais força e capacidade para trabalhar em conjunto, pois deteta-se também alguma falta de confiança na instituição CML por alguns parceiros que têm grande expressão no terreno, é o caso de associações como a o S.O.S Racismo que tem alguma força/ênfase no panorama nacional e não aceitou fazer parte do PMIIL, por parecer não ter confiança no trabalho da CML.

- 5- A estrutura atual do DDS tem operacionalizado bem a interculturalidade em Lisboa, segundo a vereação? O que mudariam?

A vereação defende que a estrutura atual do DDS carece de melhorias, pois afirma o vereador que o modelo organizativo das autarquias e em especial da CML ainda é de uma estrutura muito hierárquica, muito de prestação de serviços, neste momento deveria ser uma estrutura que trabalharia mais por projetos e mais na lógica de gestão de projetos, objetivo, plano, ação e na base de contratualização com terceiros, gerindo e mediando a política, quer isso o vereador dizer que a CML devia funcionar mais na parceria, governação integrada com entidades do mesmo cariz no município, e não ser um órgão de tanta prestação de serviço como faz com as associações, pois as associações na maioria requerem a CML mais para apoio, não financeiro ou financeiro, e não há realmente contactos para desenvolver um trabalho integrado e conjunto que visa a coesão das entidades de modo a melhorar o propósito defendido no município. Outro aspeto constado na vereação é a estrutura do DDS que por exemplo em vez de haver 3 divisões é defendido que era preferível ter vários núcleos mais pequenos com mais capacidade técnica e mais autonomia de ação e com mais conhecimento no ponto de vista técnico da área específica, ou seja em vez de uma divisão grande era preferível menos gente com mais capacidade de ação fazendo mais equipas de projeto, onde as associações e outras entidades ficavam

mais com a parte do terreno e a câmara como órgão de apoio e um método de saberem as diretrizes políticas que a cidade almeja.

6 – Quais as mudanças/iniciativas ou seja diferenças trouxe esta vereação em relação a anterior na operacionalização da interculturalidade em Lisboa?

Neste mandato os Direitos Sociais em geral têm tido um aumento gradual de aposta financeira desde 2013, resultado disso tem havido uma maior aposta nas iniciativas de causas sociais de 2013 até 2017, sendo que a interculturalidade beneficia igualmente por enquadrar-se no DDS. Explana o vereador que a questão da interculturalidade na sua vereação face à anterior, passou a ser uma das áreas de intervenção prioritária para o plano, o Plano de Ação 2013-2017 para os Direitos Sociais com 3 eixos em que uma das áreas de intervenção é o diálogo intercultural e inter-religioso, o que já espelha em termos teóricos um maior foco nas questões de convivência e interação cultural. Face à anterior a vereação atual retomou o Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania (CMIC) que foi criado em 1993, e na vereação passada não se fazia presente com uma regularidade de 4 vezes por ano, voltou-se apostar no Fórum Municipal da Interculturalidade (FMINT) uma vez por ano, um espaço que visa a partilha e convívio de todas as entidades de imigrantes ou que defendam o interculturalismo e queiram participar, fez-se o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa (PMIIL) que nunca tinha existido, um plano a pensar na integração dos cerca de 10% da população do município de Lisboa. Esta vereação segundo relato do vereador, procura ainda no assunto da interculturalidade todos os anos criar acontecimentos que deem visibilidade e oportunidade para assunto da interculturalidade ser falado na cidade, fazendo um conjunto de eventos ou um evento “grandioso” para a causa intercultural estar presente aos olhos de todos munícipes.

## **Entrevista 1**

Entrevista a Técnica Superior do Núcleo da Interculturalidade da CML

10/5/2017

**Investigador:** - Qual é a função do técnico(a) do núcleo da interculturalidade na operacionalização da interculturalidade?

**Técnica da CML:** - O/A Técnico/a está integrado numa equipa associada a uma área sobre a qual recebe formação e aquisição de conhecimentos através da partilha com outros técnicos de outras áreas e de outras autarquias. No meu caso, como fiz atendimento no CLAI (agora CLAIM), recebi formação específica e pude constatar por esta experiência das dificuldades sentidas pelos imigrantes. A partir daí pude apresentar propostas de melhoria aos meus superiores ou propor propostas de parcerias para respostas sociais. Ou participar ativamente nas propostas que são apresentadas pelas entidades através do Gabinete do Vereador ou do Departamento, que digam respeito a esta área, como por ex. Conselhos Municipais, que são presididos pelo Vereador e o Núcleo é o Secretariado Técnico.

**Técnica da CML:** - Na sua opinião a estrutura atual do núcleo da interculturalidade tem grande importância na operacionalização da interculturalidade? (Em caso de ser “não”, porquê?)

**Técnica da CML:** - Na minha opinião, não. Porque atualmente, com equipas muito grandes, com horários fixos de saída, é pouco funcional, e não se operacionaliza com tão foco a interculturalidade como se deveria, nós os técnicos tendo hora fixas de saída muitas das vezes não nos focamos como era suposto na questão da interculturalidade, e na minha sincera opinião é difícil desenvolver o espírito de equipa.

**Investigador:** - No seu ponto de vista, quais as maiores dificuldades na operacionalização da interculturalidade, o que mudaria?

**Técnica da CML:** - A maior dificuldade sentida passa pela Burocracia para conseguir obter resposta sobre as propostas apresentadas, (já te tinha falado sobre isso quando estávamos ambos no núcleo).

**Investigador:** - O que mudaria?

**Técnica da CML:** - Repare! A interculturalidade não pode ser operacionalizada só por um Pelouro, tem de ser transversal, e na CML é difícil um Pelouro conseguir ultrapassar as outras competências dos outros Pelouros para conseguir operacionalizar.

**Investigador:** - Acha que nos apoios as entidades/associações em prol da interculturalidade, há umas entidades beneficiadas e outras não?

**Técnica da CML:** - É assim desde que existe o RAAML (desde 2009) a intenção é precisamente esta, é a imparcialidade para que não houvesse esta questão que são sempre os mesmos (os amiguinhos), não acho que tem havido beneficiados. O que acontece por exemplo, é que uma instituição como a JRS tem um técnico só para preparar a candidatura ao RAAML, outras instituições até fazem um bom trabalho no terreno mas depois não adaptam-se aos critérios e não conseguem obter os apoios financeiros, e obvio que de ano a ano as que recebem apoio financeiro, já sabem como fazer e estão mais organizadas e as outras não, digo apoio financeiro porque o apoio não financeiro geralmente é mais abrangente e de menos complicações. Depois também além dos critérios do RAAML tem a ver com as prioridades do Pelouro, por exemplo financiar demasiadas associações interculturais pode não ser a prioridade do mandato, pode até ser prioridade entidades de saúde, ou outra área dos Direitos Sociais e logo não há tanto apoio financeiro as entidades de cariz intercultural. Há anos em que tenta-se dar um pouco similarmente por todas as áreas de ação, há anos em que foca-se mais numa área do que outras.

## **Anexo IV**

### **Entrevista 2**

Entrevista ao vereador do Pelouro dos Direitos Sociais

22/1/2017

**Investigador:** - Qual é o trabalho/função diário(a) da vereação do DDS?

**Vereador:** - O trabalho diário de uma vereação, na sua área específica (política) é a definição de estratégia, a opção de programas e ações que definam/orientam a estratégia, por fim é a representação política. Nisto tudo obviamente que há um processo de decisão coletiva que somos chamados a intervir em termos de reunião de câmara na decisão coletiva até de outras áreas de trabalho. Mas a parte específica de cada vereação é definir estratégia, e estabelecer os instrumentos necessários para implementações destas estratégias, que devem ser apresentados a outros colegas da vereação para eles aprovarem, e depois dar resposta a gestão do quotidiano.

**Investigador:** Que papel tem a vereação na operacionalização da interculturalidade em Lisboa?

**Vereador:** - Eu acho que a vereação tem três papéis marcantes, um que é a parte política ou seja a visibilidade da questão da importância da interculturalidade na esfera política, que faz-se muito pelo discurso, pela presença nos locais em que ela acontece. A outra é a parte da definição da estratégia, o que queremos fazer e quais são os instrumentos necessários, por exemplo o PMILL foi uma estratégia da vereação, e por último o outro aspeto marcante é o papel da vereação em criar os meios e condições para operacionalizar, criar algumas iniciativas e apoiar iniciativas de parceiros.

**Investigador:** Quais os núcleos do Departamento dos Direitos Sociais (DDS) que mais tem requerido ao orçamento anual? O núcleo da interculturalidade dispõe de

muito/pouco apoio financeiro em relação aos outros? Porquê?

**Vereador:** - Se juntarmos tudo há bastante apoio, se juntarmos as questões da interculturalidade e questões refugiados, com o FMINT, e conjunto de apoio aos parceiros da área da interculturalidade, eu diria que é uma área que tem muito apoio. Juntando a interculturalidade e a questão de refugiados é a que tem mais apoio em termos de peso de investimento da CML nos Direitos Sociais é a que tem mais apoio. Em termos de programas de continuidade, a aposta na interculturalidade tem tido um aumento gradual todos os anos, no topo do orçamento anual o núcleo dos refugiados e interculturalidade são os que estão no topo, não havendo uma hierarquia oficial dos núcleos do DDS que mais gastam mas sabe-se que o Fundo de Emergência Social, questões dos refugiados, interculturalidade são dos que estão no topo, embora só haja informações dos orçamentos a nível de Departamentos e não de núcleos.

**Investigador:** Quais as maiores dificuldades na operacionalização da interculturalidade, segundo a vereação?

**Vereador:** - Eu acho que as duas grandes dificuldades, são a interna e transversal, primeiro a interna, em haver uma postura idêntica entre todos os serviços da CML perante a interculturalidade, todos os serviços trabalharem a dimensão da interculturalidade, Pelouros como a Educação, Direitos Sociais, Habitação e Desenvolvimento Local, Planeamento e Urbanismo trabalharem esta questão de forma uniforme e coesa a nível interno, e não é o que notamos na CML. A dificuldade a nível transversal (da CML para fora), a fragilidade do tecido dos parceiros, um tecido associativo que ainda não está sedimentado, há alguns parceiros com muitos anos e muito trabalho mas que têm muitas dificuldades, muitas vezes não sabem bem a política da CML e a CML não sabe bem o que eles querem, precisa-se de parceiros com mais força e capacidade pra trabalhar em conjunto

**Investigador:** A estrutura atual do DDS tem operacionalizado bem a interculturalidade em Lisboa, segundo a vereação? O que mudariam?

**Vereador:** - Acho que o modelo organizativo das autarquias e em especial da CML ainda é de uma estrutura muito hierárquica muito de prestação de serviços que eu diria

ser dos anos 80, eu acho que neste momento deveria ser uma estrutura que trabalharia mais por projetos e mais na lógica de gestão de projetos, objetivo, plano, objetivo, ação e na base de contratualização com terceiros, gerindo a política, mediação política. E no DDS em vez de haver 3 divisões era preferível ter vários núcleos mais pequenos com mais capacidade técnica e mais autonomia de ação e com mais conhecimento no ponto de vista técnico da área específica. Em vez de ter uma divisão grande, era preferível menos gente, e com mais capacidade de ação fazendo mais equipas de projeto.

**Investigador:** Quais as mudanças/iniciativas ou seja diferenças trouxe esta vereação em relação a anterior na operacionalização da interculturalidade em Lisboa?

**Vereador:** - Coloquei a questão da interculturalidade como uma das áreas de intervenção prioritária para o Plano, ou seja criei um Plano de Ação para os Direitos Sociais com 3 eixos em que uma das áreas de intervenção é o Diálogo intercultural e Inter-religioso (que é a nona área). Retomamos o CMIC com regularidade de 3 ou 4 vezes por ano, o que não acontecia, voltamos a apostar no FMINT criando com meios próprios de investimento e tentando que seja organizado pela instituição (CML), e criamos o PMIIL que nunca tinha existido. Fora da interculturalidade mas nos Direitos Sociais, considero ainda que inovamos a parte dos Direitos Humanos, a parte Economia e Inovação Social que não tinha estrutura, a questão dos Sem-Abrigo, e acho que na interculturalidade demos outra dimensão, com a tentativa de todos anos criar acontecimentos que deem visibilidade e oportunidade para falar da interculturalidade, conjunto de eventos que deem visibilidade para questão da interculturalidade ou seja há 2 anos fizemos o “Intercultural Idade” que foi uma série de eventos, ano passado fizemos a “DiverCidade” e este ano vamos fazer um outro conjunto de eventos que dão visibilidade a questão.

## **Anexo V**

### **Entrevista 3**

Entrevista ao assessor do vereador

22/1/2017

**Investigador:** - Qual é o trabalho/função diário (a) da vereação do DDS?

**Assessor do vereador :** - O papel varia muito, temos a rotina diária que são fazer coisas urgentes: desde apresentações; desde respostas a munícipes; desde pedidos de reuniões de associações que querem mostrar o seu trabalho e procuram parcerias; desde responder aos imensos emails com muitas solicitações que nos chegam ao gabinete. Então a nossa função varia desde estas coisas urgentes, até a desenvolver estratégias de longo prazo em que obrigam alguma reflexão, obriga sentarmos com alguma frequência a fazer brainstorming sobre os assuntos, criar coisas novas ou melhorar coisas que já existem, no fundo é pensar em âmbito dos Direitos Sociais, estratégias de cidade quer a longo prazo quer a curto prazo, no meu ponto de vista esta é talvez a função diária da vereação, em termos finais o papel da vereação é servir o munícipe, servir os cidadãos de Lisboa com um melhor serviço público, promovendo os Direitos Sociais.

**Investigador:** - Na questão da interculturalidade, sente que há diferença na função da vereação e na função do núcleo da interculturalidade?

**Assessor do vereador :** - Eu acho que não tem que haver diferenças, têm é de haver articulação entre os dois, no fundo o núcleo dá uma resposta de terreno e executa muito, mas é algo que tem de funcionar sempre em articulação aliás porque somos todos o mesmo serviço, o núcleo tem uma vertente se calhar mais técnica e o gabinete da vereação tem uma vertente mais política mas também técnica.

**Investigador:** Então a função diária da vereação é mesmo o serviço social em prol da cidade, a representação, a orientação política?

**Assessor do vereador :** - Claro! A Câmara tem um grande papel na cidade e no fundo é uma instituição que consegue mediar e aproximar os vários interesses da cidade, portanto a CML no terreno tem um papel de agregador de vontades e é muito importante esse lado.

**Investigador:** Que papel tem a vereação na operacionalização da interculturalidade?

**Assessor do vereador:** - A interculturalidade não tem sido a minha área de trabalho, mas assim de imediato foi como te disse, a vereação a CML é um elemento chave em agregar as vontades ou seja consegue reunir a mesa imensas instituições, cidadãos e consegue mediar o que se quer construir porque a CML representa a cidade e as vontades da cidade, vejo a vereação no papel da operacionalização da interculturalidade como o elemento agregador, tenta sentar a mesa os agentes chaves para operacionalizar medidas, por exemplo o CMIC a CML criou e dinamiza este conselho onde se discutem várias temáticas e desafios na cidade de Lisboa, a vereação tem um lado de mediador, articulador, orientador e um lado de intervenção direta porque também desenvolve medidas.

**Investigador:** Quais os núcleos do Departamento dos Direitos Sociais (DDS) que mais tem requerido ao orçamento anual? O núcleo da interculturalidade dispõe de muito/pouco apoio financeiro em relação aos outros? Porquê?

**Assessor do vereador :** - Segundo sei, o orçamento para os Direitos Sociais é sempre baixo para aquilo que se quer fazer, não consigo especificar nem dar valores concretos, este ano pela primeira vez até subiu um pouco para aquilo que era o orçamento para dos direitos sociais, agora não te consigo especificar o que é que foi repartido para interculturalidade ou não, não faz parte das minhas competências. Mas comparando o Pelouro dos Direitos Sociais, com a Habitação ou Urbanismo são orçamentos completamente diferentes, portanto são as prioridades da CML, mas este ano já houve uma noção que é preciso dotar o Pelouro dos Direitos Sociais com mais orçamento, este mandato foi o que houve um aumento de alguma forma significativo, sei que aposta-se mais nos Direitos Sociais em relação ao mandato anterior.

**Investigador:** Quais as maiores dificuldades na operacionalização da interculturalidade, segundo a vereação?

**Assessor do vereador** :- Na minha opinião são algumas, mas vou te dizer duas importantes. Uma é a falta de confiança ou a confiança que se perdeu na instituição CML, porque nada se faz sem os parceiros e muitos os parceiros de terreno perderam a confiança na CML, uma das grandes dificuldades é ganhar novamente a confiança dos parceiros.

**Investigador:** Porque acha que os parceiros perderam confiança na CML?

**Assessor do vereador** :- Por expectativas que se criaram junto dos parceiros e depois em nada resultou. A outra dificuldade é agregar vontades, toda gente tem ideias, toda gente tem os seus interesses e às vezes é difícil agregar todas as vontades e abordar todas as pessoas numa estratégia,

**Investigador:** A estrutura atual do DDS tem operacionalizado bem a interculturalidade em Lisboa, segundo a vereação? O que mudariam?

**Assessor do vereador:** Não trabalho a questão da interculturalidade, mas mais uma vez no meu ponto de vista até onde sei, o que mudaria é as associações e outras entidades ficariam mais com a parte do terreno e a câmara como órgão de apoio e um método de saberem as políticas que a cidade quer fazer, penso que trazia melhorias na operacionalização da interculturalidade. Quanto as mudanças desta vereação em relação a anterior na operacionalização da interculturalidade, também não sou a pessoa adequada para opinar sobre isso mas em termos gerais nos Direitos Sociais é visível uma maior preocupação em áreas sociais como a igualdade de género, violência doméstica, estão mais explícitas na autarquia municipal.

## **Anexo VI**

### **Entrevista 4**

Entrevista ao membro e responsável pelo Gabinete de Comunicação e Novos Projetos da Cáritas Diocesana de Lisboa

24/04/2017

**Investigador:** - Sei que é uma entidade/organização de ação social, mas mais especificamente gostaria de ouvir da sua voz como membro, o que é a Cáritas Diocesana de Lisboa?

**Entrevistado:** - A Cáritas é um organismo oficial da igreja católica, portanto no mundo quando falamos da Cáritas falamos da ação sócio-caritativa da igreja católica, portanto talvez ela está em mais de 160 países no mundo inteiro, é uma organização muito grande. Há uma Cáritas internacional, depois há uma Cáritas Europa, depois há Cáritas nacionais (em Portugal temos a Cáritas portuguesa), depois a Cáritas nacional funcionam com uma espécie de “umbrela”, não é que ela se subdivide mas no terreno em termos de Portugal temos 20 Cáritas, 18 em território continental (uma em cada distrito) e duas nas duas regiões autónomas. Então temos a Diocesana de Lisboa, diocesana porque em termos de igreja católica o país subdivide-se em dioceses e não distritos. Portanto a Cáritas de Lisboa existe para responder a pedidos de carências socioeconómicas e também de outro tipo, de assinalar que a Cáritas de Lisboa não tem de intervir em pedidos vindos por exemplo de Santarém ou Setúbal porque nestes territórios há as suas respetivas cáritas.

**Investigador:** - A título de curiosidade, donde surge a cáritas?

**Entrevistado:** - A cáritas! Cáritas é um termo latino, que em português significa caridade, e ela é tão antiga quanto a própria igreja católica, desde os primórdios da igreja que houve sempre no seu seio a ajuda social e ao longo destes anos, ainda que a organização não tenha 2 mil anos mas ela foi se organizando ao longo do tempo,

e toda a ação sociocaritativa aconteceu sempre na igreja de um modo informal, com o passar dos anos, hoje é uma entidade organizada. A Cáritas presta apoio, por intermédio do pedido de apoio feito nas paróquias e centros sociais, muita gente contacta diretamente com a organização mas geralmente são encaminhadas para estes grupos paroquiais, a cáritas para ajudar alguém tem de receber notificação do terreno que são as paróquias e centros sociais.

**Investigador:** - E a vossa forma de apoio, é donativos?

**Entrevistado:** Sim, especialmente donativos que recebemos e encaminhamos para os nossos serviços do terreno como referi.

**Investigador:** - A cáritas tem um público-alvo, imigrantes ou outro grupo? Uma vez que conheço organizações mais focadas em auxiliar certos grupos da sociedade.

**Entrevistado:** - É aberto a todos os necessitados, também trabalhos com imigrantes inclusive também temos um CLAII (Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes) que fica em Cascais, inserimos sobretudo população imigrante que vive ou está residente no município de Cascais, mas se nos chega aqui alguém do município de Lisboa não vamos dizer que não ouvimos o que ele tem a dizer e que não ajudamos. E respondendo a tua questão, o público- alvo da cáritas é tudo (imigrantes, refugiados, nacionais) e não tem género nem cor, quem nos chegue com necessidade a cáritas procura ouvir e ajudar da melhor maneira que nos é possível, mas obvio que há uma gestão rigorosa e tenta-se ajudar realmente quem precisa.

**Investigador:** - Considera a cáritas também uma entidade que defende e trabalha o diálogo intercultural?

**Entrevistado:** - Claramente! Não só porque tem um CLAII, mas também porque sendo a igreja um projeto universal a sua ação não poderia ser de outra forma se não também universal, logo a cáritas é um organismo aberto ao mundo. Onde não há nem branco, nem preto, nem europeu, africano ou asiático é para toda gente. Nós somos por natureza uma organização intercultural ou para interculturalidade ou se quiser para a “inter-multiculturalidade”, porque a questão não é acomodar as culturas todas, a questão é fazer com que todas as culturas possam colaborar entre si, é apenas respeitar mas sim podermos interagir, não há outro caminho se não dialogar e cooperar embora seja difícil, mas é o caminho absoluto pelo menos continuarmos a tentar dialogar.

**Investigador:** - Sei que a Cáritas é parceira da CML nas questões do Diálogo Intercultural e Inter-religioso, esta parceria na sua opinião como parceiro como avalia o serviço da CML?

**Entrevistado:** - Nós trabalhamos com a CML já há muitos anos, ambos fazemos parte da Rede Social de Lisboa, somos parceiros do PMIL. A CML tem sido um grande parceiro, sempre disponível a ajudarmos a pôr as nossas ideias de pé, inclusive as duas vigílias que organizamos foi com total colaboração da CML e se ela não presta-se apoio seria muito complicado, a relação com a CML não é só no Diálogo Intercultural e Inter-religioso mas em todo âmbito social.

**Investigador:** - No que diz a interculturalidade sendo a cáritas parceira da CML, a vereação anterior e esta atual, qual é a que mostrou mais trabalho prático focado nesta causa?

**Entrevistado:** - Tem havido mais nesta atual vereação, até pelo fenómeno da imigração e refugiados, obrigaram a CML também a responder.

**Investigador:** - No que diz o apoio ou processos de negociação, então a cáritas não tem coisas menos boas a apontar a CML ou aspetos que deviam melhorar?

**Entrevistado:** - Não! Penso que nenhuma. Também somos muito próximos da equipa técnica e da vereação, é uma equipa sempre pronta e solícita e são mesmo eles muitas vezes a questionar quando é que vamos fazer, não são pessoas que mantêm-se a espera. Neste mandato temos feito anualmente uma vigília que visa o diálogo entre religiões (como sabes), em que a ideia foi nossa e a CML fez total cobertura, apoiou inteiramente a concretização da vigília ao convidar outros parceiros, disponibilizou espaço para realização, forneceu-nos o apoio da polícia municipal e equipamentos indispensáveis, e até a sua equipa técnica prestou auxílio num fim de semana a nossa vigília.

**Investigador:** - Na sua opinião pessoal como alguém que trabalha e entende sobre interculturalidade, acha que realmente a CML tem trabalhado significativamente a interculturalidade no município?

**Entrevistado:** - Não acompanho tudo o que a CML faz, mas por aquilo que eu vejo é que a CML está a fazer por isso, a perfeição não existe. Mas posso lhe dizer que a CML tem tido muitas preocupações e muitos programas com agendas que me chegam e as vezes não posso comparecer, embora podemos fazer sempre mais, eu não vejo a CML parada no tempo em relação a estes assuntos eu vejo a CML a fazer coisas (e isso já é importante), e no que toca a Cáritas de Lisboa a CML está sempre pronta a colaborar neste âmbito. Não lhe posso dizer que a CML foi chamada por nós para apoiar e não apoiou, isso connosco nunca aconteceu, mas pode ter acontecido com outros. Portanto acredito até pelo discurso do vereador e o presidente da CML que há pelo menos uma preocupação em tornar a cidade muito mais aberta, muito mais interativa e interventiva, e muito mais participativa e plural.

## **Anexo VII**

### *Síntese do estágio na CML*

O estágio no Departamento dos Direitos Sociais insere-se assim como um complemento e primeira experiência profissional desta formação de geógrafo, Perfil de Geografia Humana e gestor do território e urbanismo. Surge também como oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos nesta formação académica, contribuindo simultaneamente para recolher informação empírica para o trabalho final para conclusão de mestrado.

O trabalho presencial de estágio foi executado maioritariamente no Núcleo da Interculturalidade, passando também pelo Núcleo de Planeamento e Intervenção da Pessoa Sem-Abrigo, e pelo Gabinete da vereação do Pelouro dos Direitos Sociais.

Em suma, as atividades desenvolvidas centraram-se no Núcleo da Interculturalidade, desenvolvendo ao longo destes meses apoio/assistência aos técnicos superiores do núcleo, começando por uma integração cordial na equipa da interculturalidade com a apresentação dos projetos e medidas a desenvolver, integração esta que foi rápida devido ao conhecimento que já detinha sobre a interculturalidade.

A assunção de responsabilidades e atividades foi imediata, começando já no primeiro dia de estágio por ficar responsável pela gestão da base de dados das entidades de imigrantes parceiras da interculturalidade, ficando estipulado a tarefa de organizar, atualizar e completar, assim como manter um contacto ativo com as entidades num período quinzenal ao longo do estágio. O trabalho diário do estágio teve enfoque na implementação das medidas do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa (PMIIL), onde contribuí ativamente na gestão e concretização de acontecimentos como a realização do workshop “Imigrante e Emprego: Enquadramento Legal ” correspondente ao eixo 2 do PMIIL, eixo que incide nas temáticas de Emprego, Empreendedorismo, Valorização e Capacitação. Esta ação tinha como objetivo capacitar as associações, incentivar e orientar os imigrantes na procura de emprego, onde colaborei na marcação do espaço e gestão dos materiais precisos para organização do evento, na convocatória e confirmação das entidades para o workshop. Semelhante ao contributo nesta iniciativa, nestes 5 meses estive também na logística de iniciativas como o seminário “Trabalhadores Imigrantes em Lisboa” que aconteceu no salão nobre na Junta de Freguesia do Lumiar, iniciativa do mesmo cariz do que anterior, auxiliiei a preparação

do Fórum Municipal para a Interculturalidade (FMINT) convocando as entidades locais, apoiou também a elaboração da Vigília pela Paz, que foi uma iniciativa da Cáritas Diocesana de Lisboa com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, uma iniciativa que se insere no eixo 3 do PMIL, eixo da Diversidade, com intuito de promoção do diálogo intercultural e inter-religioso. Além de estar na execução das iniciativas, desenvolvi também um projecto a ser lançado no eixo 3 do PMIL, denominado “Portugal ganha com a união étnica” que visa sensibilizar os munícipes e indivíduos que diariamente fazem movimento pendular no município, a respeitar e aceitar a diferença étnica. De realçar também o apoio aos técnico/as do núcleo e assessores do vereador em reuniões com entidades parceiras, para organização de eventos/projetos futuros, observando e participando nestas reuniões preliminares de futuros acontecimentos.

O período de estágio passado no gabinete da vereação foi mais na perspectiva de observação e perceção da função da vereação, de modo a perceber a governança multinível da questão da interculturalidade na CML e a operacionalização da interculturalidade na CML. Nas semanas lá passadas, auxiliiei a realização da campanha Somos 2017, ajudando o assessor responsável pela campanha na escrita dos slogans para a campanha e na obtenção de indivíduos com o perfil necessário para dar imagem ao projeto. A convite de um técnico do Núcleo de Planeamento e Intervenção do Sem-Abrigo (NPISA) ingressei também nesta equipa de trabalho, composta por técnicos da CML no eixo do planeamento e técnicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no eixo de intervenção, participando então no eixo do planeamento ajudando a desenvolver um plano de formação para equipa do NPISA e um guia de recursos técnico na área das pessoas em situação sem-abrigo.

Fazendo um balanço final, considero pessoalmente o meu desempenho e objetivos do estágio conseguidos, demonstrando sempre: capacidade de inserção nos grupos de trabalho; capacidade de iniciativa; e assunção de responsabilidades. Esta oportunidade de ingressar num ambiente laboral e equipa de técnicos profissionais de áreas do meu interesse de estudo, foi uma experiência pioneira, com um grande contributo a nível pessoal no que concerne à adaptação na dinâmica do meio de trabalho dos técnicos superiores, algo que até este estágio desconhecia. Por outro lado, possibilitou-me a nível de formação académica ter acesso a informações cruciais para a minha investigação final, por meio de participação nos projetos e observação diária. Pude consolidar o entendimento da governança multinível do Pelouro até às iniciativas

concretas no território; entendimento da conjugação entre política e iniciativas práticas; capacidade de entendimento do trabalho/função dos vários componentes (gabinetes) ligados a interculturalidade na CML, bem como de diferentes perceções de interculturalidade.

Indispensavelmente tenho a agradecer as condições facultadas pelo DDS e a receção de todas as equipas em que fiz trabalho presencial, dando-me sempre boas condições para elaborar as tarefas e criando sempre um ambiente que me propiciou inserir nas equipas de trabalho e aprender de um modo profundo, não só como é trabalhada a questão da interculturalidade e do planeamento dos sem-abrigo mas o processamento em geral e postura da CML perante as variadas causas sociais trabalhadas no departamento, deixando-me esta experiência com um querer e motivação de ingressar profissionalmente numa carreira de técnico superior numa vertente de planeamento e intervenção social, com intuito de contribuir para um território com melhor qualidade e coesão social.